

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Em determinado município do interior, uma cooperativa de transporte ajuizou ação contra um ex-motorista contratado como cooperado, alegando inadimplemento contratual e danos ao patrimônio da associação. O juiz de direito da Comarca estadual reconheceu sua incompetência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, entendendo que a controvérsia dizia respeito à relação de trabalho. O juízo trabalhista, por sua vez, também se declarou incompetente, sustentando que se trata de relação civil entre particulares. Diante da recusa recíproca de competência, instaurou-se conflito negativo entre os dois juízos, pertencentes a ramos distintos do Poder Judiciário. Diante do caso hipotético apresentado, qual órgão é capaz de solucionar o conflito de competência?

- Supremo Tribunal Federal (STF).
- Superior Tribunal de Justiça (STJ). – **OPÇÃO CORRETA**
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Questão 02

Pedro, cidadão brasileiro, compareceu à Secretaria Municipal de Administração com o objetivo de obter uma certidão de tempo de serviço referente ao período em que atuou em cargo comissionado entre 2008 e 2011. Embora atendesse a todos os requisitos legais, o servidor responsável condicionou a entrega do documento ao pagamento de taxa administrativa. Pedro recusou o pagamento e teve seu pedido negado. Pretendendo utilizar a certidão para instruir pedido de aposentadoria especial, Pedro busca remédio judicial individual e eficaz para obter a certidão gratuitamente, conforme garante a Constituição da República de 1988. Considerando o caso hipotético e a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A recusa na entrega da certidão caracteriza omissão lesiva ao interesse público, cabendo o ajuizamento de ação popular.
- Por envolver informação pessoal de Pedro mantida em banco de dados da Administração, o instrumento cabível seria o *habeas data*.
- A Administração Pública, ao cobrar pela emissão da certidão, agiu no exercício regular de seu poder discricionário, não havendo violação constitucional.
- A conduta da Administração violou o texto constitucional, que garante o direito à obtenção gratuita de certidões para defesa de direitos, cabendo mandado de segurança. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 03

A prefeitura de um município, visando reordenar o comércio ambulante em uma região central, publicou um decreto, com base na legislação, determinando a retirada imediata de todos os vendedores não licenciados das calçadas, sob pena de apreensão de mercadorias e aplicação de multa. Um dos comerciantes afetados, que estava no local há mais de dez anos, ajuizou ação contra o município alegando violação de direitos adquiridos e abuso de poder. A prefeitura, por sua vez, justificou a medida como parte do exercício regular do poder de polícia administrativa. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A atuação da prefeitura está amparada no poder disciplinar, já que se trata de aplicar sanções a particulares que descumpriram normas administrativas sobre o uso do espaço público.
- A invocação do poder de polícia é incabível, pois esse poder só pode ser exercido contra agentes públicos ou concessionários de serviço público, o que não é o caso dos comerciantes ambulantes.
- A prefeitura, ao editar o decreto e aplicar sanções diretamente, violou o princípio da separação dos Poderes, pois apenas o Poder Judiciário pode impor restrições e penalidades aos particulares.
- A medida configura exercício do poder de polícia, que permite à Administração restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo, desde que respeitados os princípios da legalidade, da proporcionalidade e do devido processo legal. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

Durante uma fiscalização em certo mercado municipal, agentes da Administração Pública atuaram um comerciante por venda de produtos fora da validade. O auto de infração foi lavrado no local, e as mercadorias foram apreendidas imediatamente, sem autorização judicial. O comerciante, inconformado, ajuizou ação alegando que a apreensão seria ilegal por falta de ordem judicial e por ausência de decisão administrativa definitiva. Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A apreensão foi legítima, pois atos administrativos gozam de autoexecutoriedade em certas hipóteses legais ou ainda em situações de urgência. – **OPÇÃO CORRETA**
- O ato de apreensão é inválido, pois atos administrativos carecem de imperatividade e exigem sempre o consentimento do particular para produzir efeitos.
- A Administração agiu ilegalmente, pois a apreensão de bens de particulares só pode ocorrer após decisão judicial, independentemente da gravidade da infração.
- O comerciante tem razão, pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos é relativa e, portanto, exige homologação judicial para produzir efeitos externos.

Questão 05

Maria, médica recém-formada, celebrou contrato de prestação de serviços com uma clínica particular. Dias antes da assinatura, a diretora da clínica disse que, caso Maria não aceitasse a proposta, poderia perder a chance de emprego para outra candidata e, além disso, seu pai, paciente idoso internado na mesma clínica, poderia não receber atendimento preferencial para realizar exames adicionais, que já estavam agendados, mas sem urgência vital. Temendo pela saúde do pai e pela oportunidade profissional, Maria assinou o contrato e, semanas depois, buscou anular o negócio alegando vício de consentimento. À luz do Código Civil brasileiro e da teoria dos vícios do consentimento, assinale a alternativa que identifica corretamente a figura jurídica presente no caso narrado.

- Coação, pois houve ameaça injusta contra bem jurídico essencial, suficiente para viciar a vontade. – **OPÇÃO CORRETA**
- Pressão econômica legítima, que não caracteriza coação, já que não houve violência física ou dano patrimonial direto.
- Induzimento de erro substancial, pois Maria acreditava que os exames não seriam realizados se não aceitasse o contrato.
- Situação de exercício regular de direito, não havendo coação, pois a clínica não tinha obrigação contratual de manter os exames.

Questão 06

Durante o curso de uma ação de divórcio, o juiz determina que a parte ré, Joana, apresente a documentação bancária dos últimos dois anos de uma conta conjunta, sob sua guarda, para que se possa apurar a partilha de bens. Apesar de ter sido pessoalmente intimada duas vezes e de seu advogado ter sido advertido pelo juízo quanto à urgência do ato, Joana e seu procurador, sem apresentar qualquer justificativa plausível, deixam de juntar os documentos no prazo estabelecido. O advogado de Joana, em uma terceira intimação, apenas alega “impossibilidade momentânea de acesso aos arquivos” e solicita a suspensão do processo por tempo indeterminado. A conduta de Joana e de seu advogado, com base no Código de Processo Civil vigente, pode ser caracterizada como litigância de má-fé por:

- Alterar a verdade dos fatos.
- Provocar incidente manifestamente infundado.
- **Opor resistência injustificada ao andamento do processo. – OPÇÃO CORRETA**
- Interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

Questão 07

Durante a instrução de um processo criminal por violência sexual contra menor de idade, que ocorreu em 3 de setembro de 2025, às 15h, na Comarca de Contagem – Unidade Federativa de Minas Gerais, o MM. Juiz determinou a realização de depoimento especial da vítima de prenome ZZZ, nascida em 1º de dezembro de 2018. No ato processual em comento foi constatado que: a) a psicóloga responsável e atuante no foro da Comarca explicou a ZZZ como seria o procedimento; todavia, a pedido do DD. Magistrado, leu parte da denúncia para contextualizar as circunstâncias antes do início da oitiva; b) durante o depoimento, ZZZ narrou os fatos livremente, sendo interrompida pela psicóloga em alguns pontos, para melhor esclarecer as circunstâncias, com perguntas adaptadas à linguagem dela; c) a transmissão em tempo real para a sala de audiência ocorreu na presença do acusado. Entretanto, a psicóloga avaliou que a presença do réu estava intimidando ZZZ e informou o fato ao DD. Magistrado, que determinou o afastamento imediato do imputado, constando em termo; e d) o depoimento foi gravado em áudio e vídeo; no entanto, por questões de segurança, o M.M. Juiz determinou que a gravação não fosse disponibilizada às partes, nem armazenada nos autos. Com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- O depoimento especial não poderia ter sido transmitido em tempo real para a sala de audiência, pois tal prática viola a intimidade e a privacidade de ZZZ.
- O afastamento do acusado durante o depoimento de ZZZ, em razão da avaliação emitida pela profissional de psicologia, atuante no foro da Comarca, está de acordo com o procedimento exposto em lei. – **OPÇÃO CORRETA**
- A decisão judicial de não gravar o depoimento em áudio e vídeo encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, considerando que cabe ao magistrado avaliar a conveniência da preservação da prova.
- A leitura de trechos da denúncia pela profissional de psicologia, atuante no foro da Comarca, não compromete a validade do depoimento, desde que tenha ocorrido apenas para contextualização, sendo compatível com o procedimento previsto em lei.

Questão 08

RRR, docente no ensino fundamental da rede municipal de ensino de Leopoldina, na Unidade Federativa de Minas Gerais, com, aproximadamente, dezoito anos de exercício profissional, tomou conhecimento, em 4 de junho de 2025, durante o intervalo escolar, de violência doméstica e familiar contra criança de 9 anos de idade, através de um relato feito a um colega de turma. Considerando a gravidade do relato, a docente ficou em dúvida acerca do procedimento a ser adotado e a quem caberia a comunicação compulsória. No mesmo dia, a situação foi informalmente relatada à diretora da instituição de ensino, mas RRR não a levou ao conhecimento de qualquer órgão oficial. Meses após o ocorrido, apurou-se que as agressões persistiram e se agravaram, resultando em lesões corporais de natureza grave na criança, que foi conduzida a uma unidade hospitalar. Diante da situação, possuindo elementos informativos robustos, o membro do Ministério Público com atuação na Comarca de Leopoldina, instaurou procedimento investigatório criminal para apurar eventual omissão da educadora RRR. Com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A obrigação de comunicar a infração penal recai exclusivamente sobre agentes públicos formalmente designados para atuar na proteção de crianças e adolescentes, não se estendendo a particulares.
- A comunicação somente seria obrigatória se a professora RRR tivesse presenciado a violência doméstica e familiar em flagrante, não sendo aplicável à situação de relato realizado pela própria vítima.
- RRR cumpriu adequadamente sua obrigação legal ao relatar o fato à diretora da escola, pois a comunicação interna à instituição de ensino é suficiente para eximir qualquer cidadão de responsabilidade.
- RRR tinha o dever de comunicar imediatamente o fato a um dos órgãos oficiais previstos no ordenamento jurídico brasileiro (serviço de recebimento e monitoramento de denúncias e outros), não bastando a comunicação informal à diretora do estabelecimento de ensino municipal. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 09

Carlos foi investigado por tráfico de drogas. Durante a fase de inquérito, diversas medidas cautelares foram decretadas. O processo foi instaurado após a introdução, no Código de Processo Penal, da figura do Juiz de Garantias, cuja implementação enfrentou discussões no Supremo Tribunal Federal (STF). À luz da legislação processual e da discussão constitucional, é correto afirmar que o Juiz de Garantias:

- Atua em todo o processo, inclusive na sentença, pois a imparcialidade se garante pela ampla defesa.
- Não possui previsão legal, tratando-se apenas de construção doutrinária inspirada no sistema acusatório.
- Exerce funções exclusivamente administrativas, como a gestão das varas criminais, sem ingerência na investigação.
- Exerce competência apenas até a decisão de recebimento da denúncia, sendo-lhe vedada a atuação no julgamento. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Em 2021, João foi denunciado por crime de estelionato. À época dos fatos, a lei previa apenas uma pena de um a cinco anos de reclusão. Em 2022, entrou em vigor uma nova lei que manteve as penas mínima e máxima, mas estabeleceu uma pena de multa para a referida conduta. Em 2023, outra lei reduziu a pena máxima para quatro anos, mantendo a mínima em um ano, bem como a pena de multa. O processo de João ainda estava em andamento. Considerando as regras da aplicação da lei penal no tempo, à luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- Deve-se aplicar a lei vigente ao tempo da sentença, pois o princípio da imediatidade prevalece sobre o da retroatividade.
- João será beneficiado pela lei de 2021, por ser a vigente ao tempo da conduta “*Tempus regit actum*”, em respeito ao princípio da anterioridade da lei penal.
- João será beneficiado pela combinação das duas leis posteriores, aplicando-se pena mínima de um ano e máxima de quatro anos e sem a multa, segundo a teoria da ponderação diferenciada.
- João poderá ser beneficiado pela Lei de 2023, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que da Lei de 2021, sendo vedada a combinação de leis, com base na teoria da ponderação unitária. – OPÇÃO CORRETA

Questão 11

A Lei de Execução Fiscal (LEF) – Lei 6.830/1980 – trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. José, estagiário em Direito do Conselho Estadual de Odontologia, foi chamado a produzir petição inicial para executar dívidas relativas a anuidades devidas ao Conselho. No momento de determinar o endereçamento, pairou dúvida acerca de qual órgão judiciário deveria ser o destinatário da petição. Além disso, houve dúvida quanto à necessidade de instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito. Sendo assim, em relação às dúvidas, é correto afirmar que José deverá endereçar a petição de executivo fiscal para cobrança de anuidades para a Justiça:

- Federal, sendo obrigatória a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.
- Estadual, sendo obrigatória a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.
- Federal, sendo desnecessária a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito. – OPÇÃO CORRETA
- Estadual, sendo desnecessária a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

Questão 12

Sobre a Lei de Execução Fiscal (LEF) – Lei 6.830/1980, considere que Maria, estagiária em Direito do Tribunal de Justiça, ao analisar executivo fiscal, verificou que a tese de defesa do contribuinte tinha como ponto nevrálgico informações constantes do processo administrativo relativo ao crédito tributário em litígio, não juntado por nenhuma das partes ao processo. É correto afirmar que o ônus da juntada do processo administrativo ou de partes dele ao executivo fiscal pertence:

- Ao escrivão, de ofício.
- Ao réu da execução fiscal, executado. – OPÇÃO CORRETA
- Ao autor da execução fiscal, exequente.
- Ao juízo, quando do saneamento do processo.

Questão 13

Durante audiência preliminar no Juizado Especial Criminal da Comarca de Sete Lagoas, na Unidade Federativa de Minas Gerais, o representante do Ministério Público “Mineiro” oferece denúncia em desfavor do senhor ZZZ, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, imputando-lhe a prática do crime de ameaça – previsto no art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, que instituiu o Código Penal Brasileiro. Considerando que o senhor ZZZ não é processado em outro processo criminal, não possui condenações anteriores e estão presentes os requisitos do art. 77 do Diploma Repressivo retromencionado, o representante do Parquet propõe a suspensão condicional do processo, pelo prazo de dois anos, com as condições previstas no ordenamento jurídico em vigor que regulamenta a matéria. Considerando as informações hipotéticas contidas no texto e, com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Durante o período de suspensão, o prazo prescricional ficará suspenso, não correndo contra o acusado (senhor ZZZ) até o término do período de prova. – OPÇÃO CORRETA
- A suspensão condicional do processo somente poderá ser aplicada aos crimes de menor potencial ofensivo abrangidos pela lei que regulamenta a matéria.
- O descumprimento de quaisquer das condições impostas ou o simples processamento do acusado (senhor ZZZ), por contravenção penal no período de prova, acarretará a revogação obrigatória da suspensão.
- A aceitação da proposta de suspensão condicional do processo pelo acusado (senhor ZZZ) e por seu defensor gera, automaticamente, a extinção da punibilidade, independentemente do decurso do prazo de prova.

Questão 14

Em uma audiência de conciliação realizada no Juizado Especial Cível da Comarca de Juiz de Fora, Unidade Federativa de Minas Gerais, cujo valor da causa é de R\$ 7.000,00, o réu – senhor ZZZ, maior de idade e absolutamente capaz –, presente sem advogado, é intimado pessoalmente por um Oficial de Justiça para a audiência de instrução e julgamento, com prazo de quinze dias. O réu, por desconhecimento técnico-jurídico, informa ao Oficial de Justiça que manifestou desinteresse na modalidade de intimação realizada, requerendo a adoção da via postal, por considerá-la menos formalista. Adicionalmente, sustentou que sua presença na audiência de conciliação já conferiria ciência tácita de todos os atos processuais subsequentes, tornando a nova intimação despicienda. Considerando as informações hipotéticas e, com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A intimação por Oficial de Justiça só seria válida se houvesse mandado ou carta precatória; e o fato de o réu não estar assistido por advogado torna o ato nulo por cerceamento de defesa.
- O réu está correto em sua alegação de que já tem ciência dos atos praticados em audiência, o que torna a intimação por Oficial de Justiça desnecessária, exceto se houver um novo ato processual que exija conhecimento formal.
- A intimação por Oficial de Justiça, no caso apresentado, é irregular, pois o réu tem o direito de escolher a forma de intimação que melhor lhe convier, especialmente se for por correspondência, meio também previsto no ordenamento jurídico vigente que regulamenta a matéria.
- **A intimação por Oficial de Justiça é válida, pois o ordenamento jurídico vigente que regulamenta a matéria não confere ao réu a prerrogativa de escolher o meio de intimação, e a ciência dos atos praticados em audiência não exime a necessidade de intimação para atos futuros. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 15

Uma consumidora, ao adquirir um medicamento analgésico em uma drogaria, foi orientada pelo farmacêutico sobre a dosagem para alívio imediato de uma dor intensa. A bula do medicamento, fornecida pelo laboratório farmacêutico fabricante, não foi consultada. O uso do medicamento causou reações adversas e a consumidora sofreu graves lesões renais, necessitando de internação hospitalar. Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- **O laboratório pode ser eximido de responsabilidade se ficar comprovado que o farmacêutico forneceu à consumidora informações diferentes das existentes na bula do medicamento. – OPÇÃO CORRETA**
- Ambos, o laboratório e a drogaria, respondem solidariamente pelos danos, independentemente da origem da nocividade, pois o CDC impõe responsabilidade objetiva a todos os partícipes da cadeia de distribuição do medicamento.
- A responsabilidade é exclusiva do laboratório farmacêutico, pois o produto, tendo causado reações adversas, é considerado intrinsecamente defeituoso em sua formulação, independentemente da orientação prestada pelo farmacêutico da drogaria.
- Não sendo comprovada má conservação do medicamento, a drogaria não responde pelos danos, uma vez que a responsabilidade por vícios de informação recai unicamente sobre o laboratório, ainda que tenha ocorrido o desvirtuamento pelo farmacêutico das informações sobre a utilização e riscos fornecidos pelo laboratório.

Questão 16

O tempo atua como um fator extintivo sobre um direito subjetivo, que é a possibilidade de uma pessoa exercer e proteger seus próprios interesses juridicamente tutelados, conjuntura que pode ser expressada por meio do brocardo latino “*Dormientibus non succurrit jus*”. Sobre os prazos para exercício de direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Pelos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto de seus produtos responde o construtor estrangeiro, prescrevendo em cinco anos a pretensão indenizatória, contados da ocorrência do dano.
- () Os fornecedores de produtos de consumo não duráveis respondem solidariamente pelos vícios que os tornem impróprios ao consumo a que se destinam, decaindo em trinta dias do direito de reclamação, contados da entrega do produto, se aparentes.
- () Pelos vícios decorrentes da disparidade com as indicações constantes da mensagem publicitária, responde o fornecedor de serviços, podendo o consumidor reclamar no prazo de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviços duráveis, contado de quando restar evidente o vício, se oculto.
- () Sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto, obstando a contagem do prazo decadencial, até a negativa, a reclamação apresentada ao fornecedor.

A sequência está correta em

- V, F, F, F.
- F, F, V, F.
- **F, V, V, V. – OPÇÃO CORRETA**
- V, V, F, V.

Questão 17

Sobre os membros que compõem a Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um desembargador designado pelo Órgão Especial e que será o presidente.
- II. O primeiro vice-presidente do TJMG que terá o voto de desempate em qualquer questão deliberativa.
- III. Dois juízes de direito, sendo um titular e um suplente, de cada turma recursal e por ela escolhida entre os seus integrantes.
- IV. Dois juízes togados e dois juízes leigos designados pelo Órgão Especial do TJMG.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.

Questão 18

Sobre a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, pode-se afirmar que será presidida e terá entre seus membros, respectivamente:

- Corregedor-Geral de Justiça e um delegado da Polícia Federal, indicado pelo Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais. – **OPÇÃO CORRETA**
- Primeiro Vice-Presidente do TJMG e três desembargadores, sendo um em atividade, um aposentado e um de livre escolha, todos discricionariamente escolhidos pelo Presidente do Tribunal.
- Membro mais antigo do Conselho da Magistratura e um procurador de justiça e um promotor de justiça de vara da infância e juventude da Comarca de Belo Horizonte, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.
- Presidente do TJMG e cinco juízes de direito da Comarca de Belo Horizonte, sendo um titular de vara da infância e juventude, um Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, dois titulares de vara de família e um de livre escolha, todos indicados pelo Corregedor-Geral de Justiça.

Questão 19

Maria, vítima de agressões físicas e psicológicas praticadas por seu companheiro, em um município de Minas Gerais, procura a autoridade policial e relata os fatos. Durante a lavratura do boletim de ocorrência, o delegado afirma que não pode adotar medidas protetivas de urgência sem prévia decisão judicial, haja vista que o município onde ocorreram os fatos não é sede de Comarca, devendo Maria aguardar o trâmite processual. À luz da Constituição Federal, dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e da Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa correta.

- O delegado de polícia não pode requisitar medidas protetivas, pois a competência exclusiva para tal é do Juiz, em respeito à separação dos poderes.
- A concessão de medidas protetivas depende de audiência prévia com o agressor, sob pena de nulidade, por violação ao princípio do devido processo legal.
- As medidas protetivas só podem ser aplicadas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, para evitar violação do contraditório e da ampla defesa.
- O delegado pode, em caráter emergencial, determinar que o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, devendo a decisão ser comunicada ao Juiz em até vinte e quatro horas para apreciação. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 20

Ana sofreu violência psicológica praticada por seu ex-namorado. No processo, a defesa alega que a Lei Maria da Penha não se aplicaria ao caso, pois não houve coabitação entre vítima e agressor, requisito necessário, segundo a defesa, para caracterização da violência doméstica. Considerando a Lei nº 11.340/2006 e sua interpretação conforme a Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais, assinale a afirmativa correta.

- A Lei Maria da Penha não se aplica a casos de violência psicológica, pois tutela exclusivamente a integridade física da mulher.
- A aplicação da Lei Maria da Penha exige vínculo de coabitação entre vítima e agressor, não se aplicando a relações findas sem vida em comum.
- A Lei Maria da Penha se aplica apenas quando a violência decorre de relações conjugais formalmente reconhecidas, não abrangendo namoros informais.
- A proteção da Lei Maria da Penha alcança situações de violência praticada em relações íntimas de afeto, ainda que sem coabitação, como no namoro ou em relações já encerradas. – **OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA**A quem interessa proteger o patrimônio cultural?**

Os bens culturais fazem parte do cotidiano de todos nós. Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais. Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.

Em um país culturalmente rico como o nosso, o que define a singularidade de cada região? Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais. Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações. É um direito de todos, inclusive daqueles que ainda vão nascer, ter acesso e desfrutar dessas referências históricas e identitárias do nosso povo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público. A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens. Nesse condomínio de atribuições, nenhum órgão público detém primazia sobre o outro, pois as responsabilidades são compartilhadas e não excludentes.

A distribuição equânime das funções relacionadas à tutela do patrimônio é uma decorrência lógica do federalismo cooperativo, idealizado para permitir a efetiva descentralização do poder, assegurando autonomia dos estados e municípios na solução dos problemas regionais e locais. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, a descentralização é um importante reforço à democracia participativa, pois permite que as pessoas estejam mais próximas dos locais onde são tomadas as decisões políticas, favorecendo o exercício da cidadania e intensificando a sensação de pertencimento social.

A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – que devem trabalhar juntos para garantir a preservação dos bens culturais. Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural. Além de ser titular da ação penal, o MP tem competência para investigar, processar e firmar acordos que ajustem condutas lesivas ou que coloquem em risco bens culturais.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi pioneiro ao criar, em 2003, a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos. [...]

(Marcelo Azevedo Maffra. Promotor de Justiça e Coordenador Estadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural – CPPC. Estado de Minas. Em: 10 de fevereiro de 2025. Adaptado.)

Questão 21

Dentre os fragmentos a seguir, assinale a opção em que a indicação do sujeito da oração demonstra o emprego de um recurso argumentativo que agrega credibilidade às informações apresentadas.

- “Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais.” (2º§)
- **“A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público.” (3º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens.” (3º§)
- “Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais.” (1º§)

Questão 22

No segmento “[...] para garantir a preservação dos bens culturais.” (5º§), é possível identificar uma expressão de:

- Hipótese.
- **Efeito visado. – OPÇÃO CORRETA**
- Efeito contingente.
- Regularidade de ação.

Questão 23

De acordo com as informações e ideias expressas no texto, analise as afirmativas a seguir.

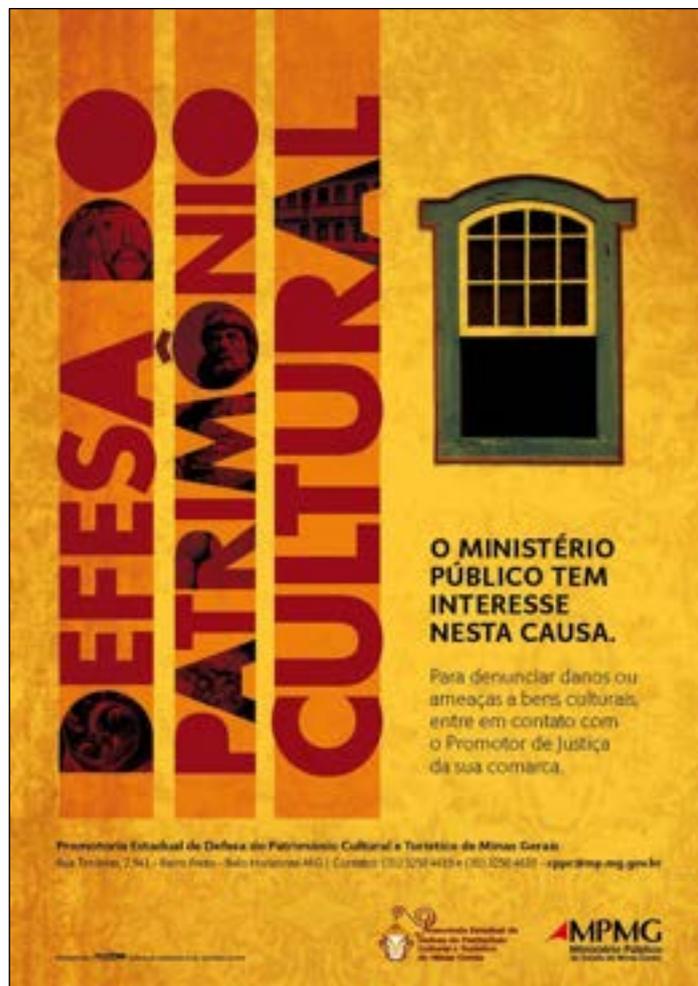
- I. Proteger o patrimônio cultural é uma ação que não está atrelada a um único agente.
- II. Embora a existência de uma cultura rica seja realidade no Brasil, o acesso a elementos que a constituem é desconhecido da maior parte da população.
- III. Elementos da cultura brasileira que indicam diferenças culturais contribuem para a construção e formação de um patrimônio cuja importância se projeta para além do tempo presente.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.

Questão 24

Analise o cartaz a seguir:



(Cartaz Defesa do Patrimônio Cultural – Diretoria de Publicidade Institucional do Ministério Público de Minas Gerais.)

Em “*Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos.*” (1º§), é possível identificar um processo de retomada da informação através do emprego da expressão destacada. Considerando a afirmativa anterior, é possível afirmar que no cartaz:

- Em “*sua comarca*”, a retomada da informação ocorre em referência à expressão anterior “*Promotor de Justiça*”.
- Os pronomes empregados, “*nesta*” e “*sua*”, demonstram emprego equivalente ao indicado no enunciado da questão.
- A expressão “*nesta causa*”, assim como a expressão destacada no enunciado, contribui para manutenção da informação apresentada. – **OPÇÃO CORRETA**
- A expressão “*esses bens*”, no enunciado, e “*nesta causa*”, no cartaz, possuem o mesmo referente, considerando o tema apresentado.

Questão 25

Acerca do título “*A quem interessa proteger o patrimônio cultural?*”, pode-se afirmar que:

- A locução verbal “*interessa proteger*” permite reconhecer o sujeito da oração.
- A ordem indireta da frase permite identificar que tal escolha linguística demonstra a ênfase dada ao sujeito da oração.
- A expressão “*a quem interessa*”, por se tratar de uma locução feminina, exige o uso do acento grave indicativo de crase.
- **A reescrita “*A proteção do patrimônio cultural interessa a quem?*” indica uma possível alteração quanto à ênfase dada aos elementos linguísticos. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em relação ao texto apresentado, indica-se como característica da tipologia textual predominante:

- **Exposição e defesa de uma ideia por meio de argumentações. – OPÇÃO CORRETA**
- Encadeamento de traços que caracterizam a composição de conceito.
- Identificação de elementos, tais como tempo linear e espaço definidos, entre outros.
- Emprego de expressões qualificativas em geral, além de referências ao interlocutor feitas pelo enunciador.

Questão 27

“*Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.*” (1º§). Considerando o contexto em que o segmento anterior está inserido e os elementos linguísticos que o constituem, pode-se afirmar que:

- Caso o “*nos*” fosse substituído por “*me*”, a forma verbal “*lembram*” seria substituída por “*lembra*”.
- Os pronomes “*Eles*” e “*nos*” são identificados e classificados com a mesma função sintática, visto que retomam com o mesmo referente.
- Todos os termos apresentados no plural estabelecem concordância com o sujeito “*Eles*”, terceira pessoa do plural, de acordo com a norma padrão da língua.
- **As formas verbais “*despertam*”, “*lembram*” e “*refletem*” estabelecem concordância gramatical com o mesmo referente, não havendo repetição do sujeito a que se referem. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 28

Infer-se do texto que a atuação do poder público de forma descentralizada, a fim de conferir autonomia a Estados e Municípios:

- Tem como prerrogativa o estabelecimento da democracia de forma sistemática e gradual.
- Decorre de situações vistas como inadequadas e repensadas a partir de uma lógica de cooperação.
- Indica a necessidade de que haja um constante reforço à democracia através de decisões centrais que se estendem às comunidades locais.
- **É um fator de cooperação para que haja envolvimento efetivo das comunidades em relação ao patrimônio cultural local, valorizando-o de forma participativa e relevante. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 29

Considerando os aspectos linguísticos dos trechos destacados seguidos de comentários, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em “*A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República [...]*” (5º§), observa-se o emprego de regência nominal com exigência da preposição “*a*”.
- () Em “*Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural.*” (5º§), omite-se o agente da ação verbal indicando uma instituição.
- () Em “*Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos.*” (6º§), a expressão que introduz o período estabelece conexão temporal com a informação anterior.

A sequência está correta em

- **V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V.
- F, V, F.
- V, V, F.

Questão 30

Em “*Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações.*” (2º§), a expressão entre vírgulas:

- Promove a suspensão do discurso.
- **Denota uma conexão discursiva conclusiva. – OPÇÃO CORRETA**
- Intensifica a ideia apresentada anteriormente.
- Indica uma ponderação acerca da informação seguinte.

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Juliana atua como psicóloga em uma equipe multiprofissional composta também por assistentes sociais e advogados em um Centro Especializado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. A natureza do trabalho psicossocial e jurídico proposto no Centro Especializado foge do âmbito tradicional da psicologia clínica, uma vez que o foco para atuação se sustenta na psicologia social. Recentemente, ela iniciou o acompanhamento de Mariana, mulher cuja história de vida provocou certos gatilhos em Juliana, que a fizeram repensar a sua permanência na equipe, pois sentia que sua capacidade de atuar no caso e promover os encaminhamentos necessários estava sendo prejudicada por questões pessoais despertadas pelos relatos ouvidos. Por essa razão, Juliana resolveu se desligar da equipe e se voluntariou para participar da seleção da nova profissional. Considerando o caso hipotético, bem como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, especialmente no tocante aos deveres, proibições e sigilo profissional, assinale a postura profissional considerada correta.

- Com a saída de Juliana, ela deverá proteger a intimidade das mulheres que atendeu, não repassando nenhuma informação para a nova profissional.
- Mariana foi inicialmente acompanhada por Juliana na equipe do Centro Especializado antes de pedir seu desligamento; posteriormente foi atendida por Juliana na perícia judicial, o que facilitou tal realização.
- Alguns técnicos que atuavam com Juliana disseram que ela poderia sugerir a outras mulheres, que acompanhou no Centro Especializado, que continuassem sendo atendidas por ela em outro espaço onde fosse trabalhar, o que Juliana considerou uma excelente ideia.
- Durante as entrevistas para a nova profissional, Juliana frisou sobre a importância de cada candidata refletir sobre o seu preparo profissional para lidar com uma prática profissional diversa da prática clínica; destacou, ainda, os possíveis impactos pessoais e profissionais que a atuação com mulheres em situação de violência doméstica poderia produzir em cada uma, permitindo identificar possíveis limites na atuação profissional. – OPÇÃO CORRETA

Questão 02

Marta, psicóloga que trabalha em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), compõe uma equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), voltado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Marta tem acompanhado Josefa e sua família. No decorrer dos atendimentos, L., 16 anos, filha de Josefa, procurou Marta para relatar que gostaria de ser atendida continuamente pelo serviço, pois era vítima de violência sexual cometida por Noel, seu padrasto. Relatou, ainda, que tem vergonha de contar para a sua mãe e ela não acreditar; por isso não quer que o fato seja relatado para Josefa. Considerando o caso de L. e, tendo em vista as normas para atendimento à criança e ao adolescente, analise as afirmativas a seguir.

- I. Marta poderá atender L. sem necessidade de comunicar à mãe, considerando o pedido expressamente feito pela adolescente e o fato de a família já ser assistida pela PAEFI.
- II. Considerando a gravidade do relato feito por L., Marta deverá se responsabilizar por realizar todos os encaminhamentos necessários para garantir a proteção de L., inclusive para o Conselho Tutelar e autoridade policial.
- III. Marta, ao relatar a Josefa a situação de L., deverá pormenorizar os atendimentos realizados, visando colaborar para que Josefa compreenda a gravidade da situação e não tenha desconfianças.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- II, apenas. – OPÇÃO CORRETA
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

O caso hipotético contextualiza as questões de **03** a **05**. Leia-o atentamente.

André Luiz é psicólogo e atua na Vara da Infância e da Juventude. Realiza avaliações e estudos psicossociais em processos que envolvem destituição do poder familiar, adoção, guarda, entre outros. Para que possa realizar seu trabalho, ele se especializou em psicologia do desenvolvimento, buscando entender os processos que permeiam o desenvolvimento emocional e social das crianças e adolescentes. Atualmente, André Luiz está trabalhando no processo de preparação para a adoção; um caso de destituição de poder familiar em função de situação de violência contra uma criança de 3 anos e um que envolve aplicação de medida socioeducativa.

Questão 03

André Luiz, no processo de preparação para adoção, busca trabalhar, com as pessoas e famílias interessadas em adotar, sobre a preparação para receber uma criança ou um adolescente no contexto familiar, bem como os impactos que essa relação produz no desenvolvimento emocional e social das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, considerando a relação família, crianças e adolescentes na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- Com os novos arranjos familiares, a família perdeu espaço como instituição responsável pelo processo de socialização primária. – **OPÇÃO CORRETA**
- A família tem papel primordial no processo de amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes.
- Para compreender o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, é importante que ele seja compreendido dentro de um contexto sócio-histórico específico, perpassado por questões sociais, históricas e culturais.
- A compreensão dos processos de desenvolvimento humano proporciona meios que podem ser utilizados para intervir e promover saúde, permitindo que as crianças e adolescentes possam ter um desenvolvimento pleno em seus diversos contextos.

Questão 04

Considerando o caso de aplicação de medida socioeducativa que André Luiz está atuando, que envolve um adolescente de 13 anos, sobre o desenvolvimento socioemocional de adolescentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. O estudo da adolescência passou a ser amplamente discutido a partir da segunda metade do século XX, quando os estudiosos perceberam que existe um tempo maior entre o final da infância e o início da vida adulta.
- II. A adolescência é uma etapa do desenvolvimento comum em qualquer contexto sócio-histórico.
- III. A chamada crise de identidade em jovens socialmente vulneráveis, caso em que André Luiz está envolvido para aplicação de medida socioeducativa, deve ser compreendida da mesma maneira que a crise de qualquer adolescente em qualquer outra condição, por se tratar de um período de turbulências e indefinições, uma vez que não é criança e ainda não é adulto.
- IV. A utilização de tecnologias digitais, amplamente utilizada e que contribui para o acesso a informação e comunicação, também representa alguns riscos como, por exemplo, diminuição da qualidade das relações familiares, e ainda requer uma atenção e cuidado, inclusive com a privacidade, pois pesquisas apontam que os adolescentes estão mais sujeitos a assédios *on-line* e *cyberbullying* do que outros grupos.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e II.
- I e IV. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III.
- III e IV.

Questão 05

Considerando o caso de possível destituição de poder familiar que André Luiz está acompanhando, L., 3 anos, é vítima de violência. Sobre a relação família x criança na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A ausência de estabilidade financeira e garantia das condições materiais para as crianças e adolescentes é a única causadora de comportamentos desajustados e violentos. – **OPÇÃO CORRETA**
- Uma das possibilidades de analisar a dinâmica familiar de L., pensando no contexto da violência por ela sofrida, pode se dar a partir das funções materna e paterna, a partir do conceito do Complexo de Édipo.
- Um dos temas que perpassa discussões como a do caso de L. é a chamada “família desestruturada”, que, muitas vezes, é pejorativamente compreendida como aquela família que não se configura como o modelo tradicional.
- Estudos da psicologia do desenvolvimento advertem sobre os impactos negativos que os castigos corporais podem gerar nas crianças e adolescentes, tais como a reprodução de comportamentos violentos, sentimentos de raiva e vergonha.

Questão 06

Determinado psicólogo está selecionando um teste de personalidade para uso em um processo de avaliação psicológica em contexto organizacional. Ao consultar o manual do instrumento, ele observa que os estudos de validação apresentados se baseiam apenas na análise de especialistas sobre os itens e em correlações com outro teste semelhante. Preocupado com a robustez das interpretações que fará a partir dos escores, o profissional questiona se a fundamentação do teste está alinhada com a perspectiva contemporânea de validade. Com base no exposto, há a necessidade de buscar instrumentos com evidências de validade mais abrangentes para garantir interpretações precisas e eticamente responsáveis. É correto afirmar que a concepção contemporânea de validade de um instrumento:

- Restringe a validação ao julgamento de especialistas sobre a representatividade dos itens do teste.
- Permite classificar os testes psicológicos em categorias rígidas de validade de conteúdo, de critério e de construto.
- **Unifica o conceito de validade em um único constructo, fundamentado em múltiplas fontes de evidência que sustentam a interpretação dos escores. – OPÇÃO CORRETA**
- Valoriza apenas a análise estatística para determinar a validade dos testes, independentemente do referencial teórico, visto que as múltiplas evidências empíricas do teste a sustentam.

Questão 07

Certa estagiária em psicologia está realizando sua primeira avaliação psicológica em um contexto clínico. Durante a aplicação de um teste de inteligência, ela observa o desempenho do paciente e registra suas respostas. No entanto, ao interpretar os escores, surge a dúvida sobre como garantir que suas conclusões realmente reflitam as capacidades cognitivas do avaliado, e não outros fatores externos ou vies de aplicação. Com base no conceito contemporâneo de avaliação psicológica, acerca da conduta da estagiária para assegurar a validade das interpretações, assinale a afirmativa correta.

- A interpretação dos escores deve priorizar apenas a estrutura interna do teste, ignorando o contexto do avaliado.
- A avaliação psicológica consiste apenas na aplicação de testes e na comparação dos escores com normas de população geral.
- A validade da avaliação depende exclusivamente da experiência clínica do profissional, independentemente de evidências técnicas.
- **A avaliação é um processo de inferência sobre traços latentes com base em comportamentos observados, que deve ser sustentado por evidências de validade das interpretações. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 08

Um psicólogo inicia o primeiro atendimento de Carla, universitária de 22 anos, que busca a psicoterapia relatando “crises de ansiedade” antes das provas e uma “sensação constante de sobrecarga”. Preocupado em conduzir o processo de forma ética e eficaz, o psicólogo sabe que a primeira sessão é fundamental para o estabelecimento do vínculo e a coleta de informações. Considerando a fase inicial de uma entrevista psicológica, qual deverá ser a atitude primordial do psicólogo para garantir a eficácia do primeiro contato?

- Focar exclusivamente em aplicar testes psicológicos padronizados para ansiedade, a fim de obter um diagnóstico rápido e preciso.
- Fazer um confrontamento imediato sobre possíveis mecanismos de defesa que a cliente possa estar usando, para promover *insights* rápidos.
- **Utilizar, sobretudo, escuta ativa, empatia e aceitação incondicional, criando um ambiente acolhedor para que a cliente se sinta segura para explorar suas dificuldades. – OPÇÃO CORRETA**
- Interromper a cliente no início da fala para fazer perguntas específicas e objetivas, direcionando imediatamente o foco para os sintomas de ansiedade, a fim de ganhar tempo.

Questão 09

Marina, 28 anos, chega ao ambulatório de saúde mental relatando “uma tristeza profunda que não passa”; perda de interesse em atividades que antes eram prazerosas; alterações no sono e apetite; e sentimentos intensos de culpa e inutilidade há mais de dois meses. O psicólogo responsável pelo acolhimento, ao ouvir a história, busca formular uma compreensão inicial do seu sofrimento. Ele considera que a depressão de Marina pode ser compreendida de diferentes formas, dependendo da abordagem teórica adotada. Considerando o caso hipotético, em psicopatologia, qual abordagem compreende os sintomas provenientes de perdas simbólicas ou internalização de sentimentos de raiva?

- Biomédica, que enfatiza desequilíbrios neuroquímicos (como na serotonina) e predisposições genéticas como fatores etiológicos centrais.
- Cognitivo-comportamental, que foca na relação entre pensamentos distorcidos (“não sirvo para nada”), comportamentos de evitação e humor deprimido.
- Sistêmica, que compreende os sintomas do indivíduo como um reflexo de dinâmicas disfuncionais e padrões de comunicação oriundos do seu sistema familiar e história relacional.
- Psicanalítica, que entende a psicopatologia como expressão de conflitos inconscientes e de mecanismos de defesa do sujeito, manifestando-se em sintomas que derivam da dinâmica entre pulsões, estrutura psíquica e história relacional. – OPÇÃO CORRETA

Questão 10

Antônio, 72 anos, foi trazido pela família ao serviço de saúde com queixa de “ficar confuso de uma hora para outra”. Foi relatado que nas últimas 48 horas ele apresentou dificuldade abrupta para manter o foco na conversa, parecendo “desligado” e “perdendo o fio da meada”. À noite, ficou agitado, tentou sair de casa dizendo ver “insetos na parede” (algo que não existia) e se mostrou desorientado no tempo, não sabendo dizer que dia era. Sua memória para fatos recentes estava gravemente comprometida, mas se lembrava com detalhes de sua infância. O exame físico e a história prévia não sugerem um transtorno psiquiátrico crônico. Considerando o quadro agudo de Antônio, a alteração primária que melhor explica esse conjunto de sintomas (desorientação; alucinações visuais; agitação; e flutuação na lucidez) é um prejuízo em qual função psíquica elementar?

- Memória, caracterizada principalmente pela incapacidade de reter novas informações.
- Pensamento, caracterizada por uma crença falsa e invariável, elaborada e mantida por um longo período.
- Consciência, diminuindo a inteligibilidade, o campo e o foco de percepção do indivíduo sobre si e o contexto. – OPÇÃO CORRETA
- Inteligência, um comprometimento de funções como raciocínio e resolução de problemas, de início precoce e caráter permanente.

Questão 11

Maria, 78 anos, foi internada para uma cirurgia de fratura de fêmur. Três dias após o procedimento, a equipe de enfermagem notou que ela estava extremamente agitada à noite, tentando arrancar o acesso venoso e gritando que “tem ladrões no corredor”. Durante a avaliação na manhã seguinte, Maria parecia sonolenta e pouco responsiva, mas em outros momentos do mesmo dia estava alerta; porém, completamente desorientada no tempo e no espaço. Sua filha relatou que, antes da internação, ela era independente e lúcida, sem queixas de memória. Considerando o quadro agudo de Maria, a disfunção neuropsiquiátrica subjacente que melhor explica essa apresentação clínica se caracteriza primariamente por uma alteração em qual função psíquica elementar?

- Memória, com prejuízo na aptidão para retenção e estabilização de conteúdos recentes, típica de quadros demenciais.
- Percepção, com presença de alucinações auditivas como sintoma isolado e primário, independente de outras funções psíquicas.
- Consciência, com empobrecimento/estreitamento do campo perceptivo e flutuação no nível de atenção, caracterizando uma síndrome confusional aguda. – OPÇÃO CORRETA
- Pensamento, com prejuízo na forma e no conteúdo, manifestado por ideias delirantes primárias e organizadas, compondo um quadro de dificuldades sustentadas de orientação, atenção e processamento.

O caso hipotético contextualiza as questões de **12** a **14**. Leia-o atentamente.

Marinelli é psicóloga com especialização em psicologia jurídica. Dentre as suas atribuições, destaca-se o fato de que deve atuar na intermediação de conflitos cíveis relacionados à convivência, guarda, adoção e interdição, de acordo com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, conforme previsto na Resolução nº CFP 023/2022. Em seu cotidiano, Marinelli atua em muitos casos que envolvem guarda e alienação parental. Recentemente, está atuando em um caso que envolve revisão de guarda em virtude de alegação de alienação parental. Segundo Luciana, sua filha M.E., 10 anos de idade, tem demonstrado um comportamento mais distante e agressivo com ela; M.E. diz a todo momento que prefere morar com o pai. Relata, inclusive, que muitas vezes Jonas, o pai, se recusa a levá-la de volta para casa, sendo um constante desgaste para que M.E. aceite ficar com Luciana. Nesse sentido, Luciana alega que M.E. está sofrendo alienação parental, promovida por Jonas e, por isso, resolveu acionar a Justiça para a revisão da guarda.

Questão 12

Considerando o relato de Luciana, que alega que M.E. está sofrendo alienação parental promovida por Jonas, sobre o papel da psicologia jurídica nesses processos, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A perícia psicológica nos processos judiciais, como o caso de Luciana, é necessária a fim de que seja realizado um diagnóstico diferencial para certificação e confirmação da alienação parental, o que exige ampla capacitação do psicólogo em diferentes campos da psicologia, além da psicologia jurídica propriamente dita.”

PORQUE

- II. “Nem tudo é alienação parental, podendo ser identificados na perícia outros elementos que apontam para o abuso infantil e dificuldades na dinâmica parental e familiar.”

Assinale a alternativa correta.

- Ambas as afirmativas estão incorretas.
- A afirmativa I está correta; a II está incorreta.
- As afirmativas I e II estão corretas; a II é consequência da I.
- As afirmativas I e II estão corretas; a II justifica corretamente a I. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 13

Sobre o requerimento de Luciana para mudança da guarda compartilhada, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A guarda compartilhada pode ser aplicada mesmo em situações de separação litigiosa.
- Apesar de a guarda ser compartilhada, a cidade-base de moradia de M.E. deve ser aquela que melhor atende aos seus interesses.
- **Caso se configure alienação parental, a mudança da guarda compartilhada para unilateral, como solicitado por Luciana, será imediata. – OPÇÃO CORRETA**
- A guarda compartilhada pressupõe assegurar que os filhos tenham o direito de se relacionar com ambos os genitores em condições de igualdade de direitos, deveres e convivência.

Questão 14

Considerando a alteração da guarda compartilhada de M.E. para a guarda unilateral, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- **Jonas buscou informações sobre a situação escolar de M.E.; a escola informou que não poderia fazê-lo, porque depende da autorização da detentora da guarda. – OPÇÃO CORRETA**
- Além da alienação parental, pode motivar a guarda unilateral a existência de maus-tratos, abandono, ou manifestação expressa por parte de um dos genitores de que não deseja a guarda.
- Dentre os aspectos a serem abordados na avaliação psicológica para definição da modalidade de guarda, devem ser identificados potenciais riscos e avaliada a capacidade de cada genitor prover os cuidados necessários à criança.
- Para a definição da guarda unilateral, o psicólogo jurídico tem papel extremamente importante, uma vez que devem ser avaliados múltiplos aspectos e fatores para se aplicar o princípio do melhor interesse da criança ou adolescente.

Questão 15

Maria, 8 anos, chegou à escola com hematomas nos braços e nas costas. A professora, ao questioná-la, ouviu que, por ter chegado tarde da casa de uma amiga, a mãe lhe bateu com um cinto. A diretoria da escola contatou a mãe, que confirmou a punição física, justificando que “são apenas palmadas educativas” e que “isso é comum na família”. A escola, então, decidiu acionar as autoridades competentes. Tomando como referência o breve caso hipotético, a necessidade de proteção de crianças e adolescentes contra violência intrafamiliar, bem como a legislação brasileira, a conduta correta a ser adotada pelas autoridades é:

- Delegar à escola a responsabilidade de monitorar a família, pois a violência foi leve e não houve lesão grave.
- Ignorar o caso, pois a mãe reconheceu o ato e justificou como prática educativa, o que a isenta de responsabilidade.
- Orientar a mãe sobre métodos educativos não violentos, mas arquivar o caso, pois a família possui o direito cultural de educar os filhos conforme os seus valores.
- **Acionar o Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção à criança, como encaminhamento a programas de orientação familiar, conforme o art. 18B do ECA. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 16

João, 14 anos, apresenta queda no rendimento escolar, isolamento social e sintomas de ansiedade. A equipe pedagógica da escola identifica que ele é constantemente humilhado pela madrasta, que o chama de “incapaz” e “peso para a família”. O pai, mesmo presenciando as agressões verbais, se omite por medo de conflitos. A escola notifica o caso ao Conselho Tutelar. Em referência ao caso hipotético e ao Sistema de Garantia de Direitos vigente no contexto dos tribunais de justiça, assinale a medida correta a ser adotada pelo Conselho Tutelar.

- Delegar à escola a responsabilidade de mediar o conflito, pois se trata de uma dinâmica familiar privada.
- Arquivar o caso por falta de evidências físicas, já que a violência é apenas psicológica e não deixa marcas visíveis.
- Orientar o pai para buscar terapia familiar voluntária, mantendo João no ambiente doméstico sem intervenções imediatas.
- **Aplicar medida de proteção que inclua o encaminhamento de João e da família para acompanhamento psicológico e programas de orientação, nos termos do art. 101 do ECA. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 17

Lucas, 6 anos, apresenta sinais de ansiedade, regressão no desenvolvimento da fala e baixo peso. A professora observa que ele vai à escola frequentemente sem lanche e com roupas inadequadas para o clima. Em conversa com a família, a mãe relata que “às vezes esquece” de preparar sua alimentação e justifica as roupas inadequadas como “falta de tempo”. Além disso, o pai, quando frustrado, grita com Lucas dizendo que ele “é um estorvo”. A escola decide intervir. O caso hipotético remete aos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, amplamente divulgado, sobretudo no que tange à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Tendo em vista o caso hipotético, bem como o citado Anuário, a conduta adequada é:

- Aguardar novas evidências físicas de agressão, pois a violência psicológica é de difícil comprovação e não consta como crime no Anuário.
- Encaminhar Lucas apenas para acompanhamento psicológico voluntário, excluindo a rede de proteção, para preservar a privacidade familiar.
- Orientar a família informalmente, pois os casos de negligência e violência psicológica são culturalmente aceitos e não requerem notificação formal.
- **Notificar imediatamente o Conselho Tutelar, articulando com a rede de saúde e assistência social, dada a combinação de negligência (abandono material) e violência psicológica. – OPÇÃO CORRETA**

Considere o caso hipotético para responder às questões de **18 a 20**.

Ana Flávia é psicóloga e atua no serviço psicossocial da Vara da Infância e Juventude. Trabalha em uma equipe multiprofissional e, em virtude dos casos de adoção que acompanha, ela realiza visitas domiciliares, entrevistas com os candidatos para adoção, entre outros procedimentos.

Questão 18

Considerando as demandas que requeiram de Ana Flávia a elaboração de relatório psicológico, analise as afirmativas a seguir.

- I. Com um caráter informativo, o relatório descreve somente o que Ana Flávia desenvolveu naquele processo de adoção.
- II. Tem como objetivo comunicar a atuação de Ana Flávia no caso de adoção que ela está acompanhando, para fins de apresentação de diagnóstico psicológico, e a capacidade das pessoas de receber ou não a criança que se habilitaram para adoção.
- III. Apresentar descrição literal de visitas e atendimentos realizados por Ana Flávia com justificativa técnica para tal.
- IV. Apresentar linguagem acessível e compreensível para quem o solicitou.

Está correto o que se afirma apenas em

- III.
- II e III.
- **III e IV. – OPÇÃO CORRETA**
- I, II e IV.

Questão 19

Considere as situações em que Ana Flávia é requerida, juntamente com Margareth, assistente social com quem atua no serviço psicossocial, produzindo relatório multiprofissional e assinale a afirmativa INCORRETA.

- As informações contidas no relatório, sobre a atuação da psicóloga, devem ser registradas, garantindo o necessário sigilo.
- Ana Flávia deve descrever a demanda que levou à elaboração do relatório, sendo essa descrição um requisito indispensável.
- Os procedimentos e/ou técnicas adotados e privativos da psicologia descritos por Ana Flávia, devem ser separados dos descritos por Margareth.
- **Como o relatório é produzido por profissionais de diferentes áreas de atuação, Ana Flávia não precisa se ater às mesmas características do relatório psicológico. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 20

Considerando o item Análise, que está na estrutura do relatório psicológico ou multiprofissional a ser produzido por Ana Flávia, assinale a afirmativa INCORRETA.

- Ana Flávia, ao descrever sua análise, deve relatar apenas o que for necessário.
- **No caso do relatório multiprofissional, a análise deve ser produzida conjuntamente por Ana Flávia e Margareth, uma vez que uma subsidia a outra para registrar os encaminhamentos. – OPÇÃO CORRETA**
- A análise do relatório psicológico elaborado por Ana Flávia deverá ser fundamentada tanto do ponto de vista técnico quanto teórico, uma vez que se trata de um documento de natureza e valor técnico-científico.
- Na análise, os fatos narrados se referem à evolução dos trabalhos que Ana Flávia realizou, quer sejam entrevistas, visitas domiciliares ou outros, a partir de um pensamento sistêmico sobre todos os dados, informações colhidas e situações que envolvam o processo executado por ela.

LÍNGUA PORTUGUESA**A quem interessa proteger o patrimônio cultural?**

Os bens culturais fazem parte do cotidiano de todos nós. Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais. Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.

Em um país culturalmente rico como o nosso, o que define a singularidade de cada região? Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais. Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações. É um direito de todos, inclusive daqueles que ainda vão nascer, ter acesso e desfrutar dessas referências históricas e identitárias do nosso povo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público. A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens. Nesse condomínio de atribuições, nenhum órgão público detém primazia sobre o outro, pois as responsabilidades são compartilhadas e não excludentes.

A distribuição equânime das funções relacionadas à tutela do patrimônio é uma decorrência lógica do federalismo cooperativo, idealizado para permitir a efetiva descentralização do poder, assegurando autonomia dos estados e municípios na solução dos problemas regionais e locais. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, a descentralização é um importante reforço à democracia participativa, pois permite que as pessoas estejam mais próximas dos locais onde são tomadas as decisões políticas, favorecendo o exercício da cidadania e intensificando a sensação de pertencimento social.

A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – que devem trabalhar juntos para garantir a preservação dos bens culturais. Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural. Além de ser titular da ação penal, o MP tem competência para investigar, processar e firmar acordos que ajustem condutas lesivas ou que coloquem em risco bens culturais.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi pioneiro ao criar, em 2003, a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos. [...]

(Marcelo Azevedo Maffra. Promotor de Justiça e Coordenador Estadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural – CPPC. Estado de Minas. Em: 10 de fevereiro de 2025. Adaptado.)

Questão 21

Dentre os fragmentos a seguir, assinale a opção em que a indicação do sujeito da oração demonstra o emprego de um recurso argumentativo que agrega credibilidade às informações apresentadas.

- “Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais.” (2º§)
- **“A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público.” (3º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens.” (3º§)
- “Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais.” (1º§)

Questão 22

No segmento “[...] para garantir a preservação dos bens culturais.” (5º§), é possível identificar uma expressão de:

- Hipótese.
- **Efeito visado. – OPÇÃO CORRETA**
- Efeito contingente.
- Regularidade de ação.

Questão 23

De acordo com as informações e ideias expressas no texto, analise as afirmativas a seguir.

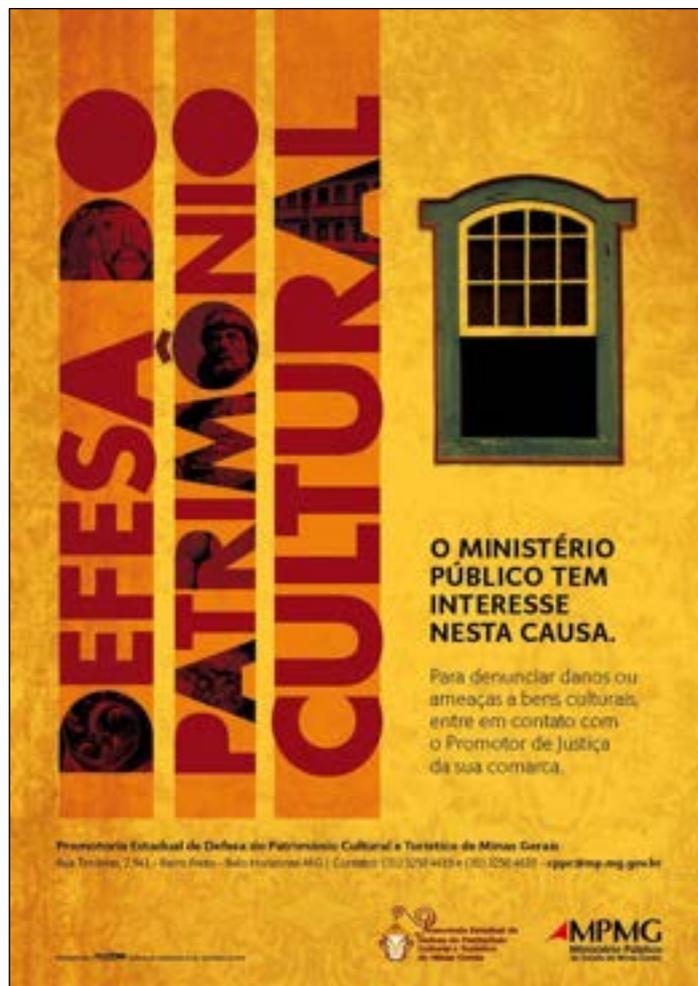
- I. Proteger o patrimônio cultural é uma ação que não está atrelada a um único agente.
- II. Embora a existência de uma cultura rica seja realidade no Brasil, o acesso a elementos que a constituem é desconhecido da maior parte da população.
- III. Elementos da cultura brasileira que indicam diferenças culturais contribuem para a construção e formação de um patrimônio cuja importância se projeta para além do tempo presente.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.

Questão 24

Analise o cartaz a seguir:



(Cartaz Defesa do Patrimônio Cultural – Diretoria de Publicidade Institucional do Ministério Público de Minas Gerais.)

Em “*Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos.*” (1º§), é possível identificar um processo de retomada da informação através do emprego da expressão destacada. Considerando a afirmativa anterior, é possível afirmar que no cartaz:

- Em “*sua comarca*”, a retomada da informação ocorre em referência à expressão anterior “*Promotor de Justiça*”.
- Os pronomes empregados, “*nesta*” e “*sua*”, demonstram emprego equivalente ao indicado no enunciado da questão.
- A expressão “*nesta causa*”, assim como a expressão destacada no enunciado, contribui para manutenção da informação apresentada. – **OPÇÃO CORRETA**
- A expressão “*esses bens*”, no enunciado, e “*nesta causa*”, no cartaz, possuem o mesmo referente, considerando o tema apresentado.

Questão 25

Acerca do título “*A quem interessa proteger o patrimônio cultural?*”, pode-se afirmar que:

- A locução verbal “*interessa proteger*” permite reconhecer o sujeito da oração.
- A ordem indireta da frase permite identificar que tal escolha linguística demonstra a ênfase dada ao sujeito da oração.
- A expressão “*a quem interessa*”, por se tratar de uma locução feminina, exige o uso do acento grave indicativo de crase.
- **A reescrita “*A proteção do patrimônio cultural interessa a quem?*” indica uma possível alteração quanto à ênfase dada aos elementos linguísticos. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em relação ao texto apresentado, indica-se como característica da tipologia textual predominante:

- **Exposição e defesa de uma ideia por meio de argumentações. – OPÇÃO CORRETA**
- Encadeamento de traços que caracterizam a composição de conceito.
- Identificação de elementos, tais como tempo linear e espaço definidos, entre outros.
- Emprego de expressões qualificativas em geral, além de referências ao interlocutor feitas pelo enunciador.

Questão 27

“*Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.*” (1º§). Considerando o contexto em que o segmento anterior está inserido e os elementos linguísticos que o constituem, pode-se afirmar que:

- Caso o “*nos*” fosse substituído por “*me*”, a forma verbal “*lembram*” seria substituída por “*lembra*”.
- Os pronomes “*Eles*” e “*nos*” são identificados e classificados com a mesma função sintática, visto que retomam com o mesmo referente.
- Todos os termos apresentados no plural estabelecem concordância com o sujeito “*Eles*”, terceira pessoa do plural, de acordo com a norma padrão da língua.
- **As formas verbais “*despertam*”, “*lembram*” e “*refletem*” estabelecem concordância gramatical com o mesmo referente, não havendo repetição do sujeito a que se referem. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 28

Infer-se do texto que a atuação do poder público de forma descentralizada, a fim de conferir autonomia a Estados e Municípios:

- Tem como prerrogativa o estabelecimento da democracia de forma sistemática e gradual.
- Decorre de situações vistas como inadequadas e repensadas a partir de uma lógica de cooperação.
- Indica a necessidade de que haja um constante reforço à democracia através de decisões centrais que se estendem às comunidades locais.
- **É um fator de cooperação para que haja envolvimento efetivo das comunidades em relação ao patrimônio cultural local, valorizando-o de forma participativa e relevante. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 29

Considerando os aspectos linguísticos dos trechos destacados seguidos de comentários, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Em “*A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República [...]*” (5º§), observa-se o emprego de regência nominal com exigência da preposição “*a*”.
- () Em “*Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural.*” (5º§)”, omite-se o agente da ação verbal indicando uma instituição.
- () Em “*Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos.*” (6º§), a expressão que introduz o período estabelece conexão temporal com a informação anterior.

A sequência está correta em

- **V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V.
- F, V, F.
- V, V, F.

Questão 30

Em “*Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações.*” (2º§), a expressão entre vírgulas:

- Promove a suspensão do discurso.
- **Denota uma conexão discursiva conclusiva. – OPÇÃO CORRETA**
- Intensifica a ideia apresentada anteriormente.
- Indica uma ponderação acerca da informação seguinte.

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Durante a segunda noite do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPSS), a Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Maria Helena Elpídio, apresentou a cartilha “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social”. O documento, elaborado pela Associação, coloca como uma das centralidades da sua agenda política “o compromisso na construção de um projeto de formação profissional antirracista e reconhece o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o serviço social brasileiro”.

(Conselho Regional de Serviço Social-ES, 2018.)

Tendo em vista que a questão social é considerada a matéria-prima do serviço social, é correto afirmar que a questão étnico-racial:

- É um elemento estruturante da questão social. – **OPÇÃO CORRETA**
- Engendra-se enquanto uma nova questão social.
- Mostra-se no bojo das questões sociais contemporâneas.
- É a expressão da particularidade brasileira no processo das questões sociais.

Questão 02



(Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO. Em: maio de 2011.)

No dia 15 de maio de 2011, dia do assistente social, as entidades representativas da categoria – CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO – lançaram um manifesto em conjunto, reverenciando o serviço social pela sua dimensão política de compromisso de classe com uma sociedade emancipada. Considerando o debate da emancipação na contemporaneidade, sobre as respostas às expressões da “questão social”, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Projeto Ético-Político da profissão expressa, como valor ético central, a liberdade em uma perspectiva emancipatória. Para isso, defende uma emancipação humana com o objetivo de alcançar a emancipação política.
- II. Nos termos do materialismo histórico dialético, o trabalho é a categoria fundante do ser social e a emancipação humana é obtida através da livre relação do trabalhador com sua atividade e com o produto do seu trabalho, que é, simultaneamente, a ampliação da liberdade do ser humano.
- III. As políticas sociais, ainda que sejam, em grande parte, conquistas das classes populares, são medidas do Estado e têm por função enfrentar a questão social. Como tais, elas fazem parte da emancipação política.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 03

Durante uma capacitação promovida pelo TJMG, um grupo de novos assistentes sociais questionou quais são os marcos legais e éticos que orientam a sua atuação no Poder Judiciário. Alguns mencionaram apenas as normas internas do Tribunal, enquanto outros afirmaram que sua prática se submete a princípios e normas específicas da profissão. Considerando a legislação que regulamenta a profissão e os fundamentos ético-políticos que orientam o serviço social, assinale a afirmativa correta.

- O Código de Ética do Assistente Social trata tão somente de aspectos disciplinares e punitivos, o qual orienta a conduta da prática profissional cotidiana em todos os espaços sócio-ocupacionais.
- A atuação do assistente social no Judiciário é regida pelas normas administrativas internas do órgão em que atua, não sendo aplicáveis as diretrizes do Código de Ética nem da Lei de Regulamentação Profissional.
- A Lei que regulamenta a profissão de assistente social não disciplina e estabelece condutas relativas a valores políticos e sociais, exigindo apenas o cumprimento de metas institucionais definidas pelos espaços sócio-ocupacionais.
- **A Lei que regulamenta a profissão de assistente social define suas competências, enquanto o Código de Ética Profissional estabelece princípios como defesa intransigente dos direitos humanos, justiça social, democracia e compromisso com a qualidade dos serviços prestados. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

Em capacitação interna no TJMG, discutem-se conflitos entre determinações administrativas do foro e autonomia técnica e ética do assistente social que atua em equipes interprofissionais. À luz da Lei nº 8.662/1993 e do Código de Ética do Assistente Social, assinale a afirmativa correta.

- A invocação do sigilo profissional autoriza a omissão de informações essenciais ao juízo mesmo em hipóteses de risco, pois o sigilo tem natureza absoluta e não admite relativização.
- Para evitar “ativismo”, o Código de Ética orienta a neutralidade política do assistente social, recomendando que se abstenha de manifestações sobre violações de direitos e se limite a registrar dados objetivos.
- Em face do interesse público, prevalecem as normas internas do Tribunal sobre o Código de Ética, de modo que o assistente social deve priorizar diretrizes administrativas mesmo quando colidirem com a defesa de direitos dos usuários.
- **A autonomia técnica e ética assegurada ao assistente social implica fundamentar laudos/pareceres, segundo os princípios profissionais e a legislação; ela não confere poder decisório sobre medidas judiciais nem licença para descumprir ordens legais. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 05

Determinado assistente social do TJMG foi designado para atuar em um processo judicial que discute o direito de acesso a um medicamento de alto custo para um adolescente com doença crônica. Durante as entrevistas, o profissional percebeu que a família enfrenta dificuldades socioeconômicas e que a descontinuidade do tratamento pode agravar a condição de saúde do adolescente. Considerando os fundamentos éticos do serviço social e a legislação que regulamenta a profissão, sobre a atuação esperada do assistente social nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- A atuação do assistente social deve evitar qualquer referência à saúde, limitando-se à avaliação socioeconômica, pois a área da saúde é de competência exclusiva da equipe médica.
- O parecer social deve se restringir à apresentação de dados financeiros e cadastrais, sem tratar de vulnerabilidades sociais ou do direito à saúde, pois isso extrapolaria a função técnica do assistente social.
- O assistente social deve declarar apoio expresso à concessão do medicamento e recomendar a sentença ao juiz, já que sua proximidade com a realidade familiar garante legitimidade para decidir sobre o caso.
- **O profissional pode fundamentar seu parecer com base nos princípios do Código de Ética, destacando as vulnerabilidades e a necessidade de acesso universal à saúde, contribuindo para a decisão judicial sem assumir caráter decisório sobre o mérito da ação. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Uma família ingressou com ação judicial para garantir transporte sanitário diário a um idoso em tratamento oncológico. O juiz requisitou ao assistente social do TJMG um estudo sobre a situação. A direção do fórum sugeriu que o profissional enfatizasse os custos para o município e evitasse análises sobre a necessidade de proteção social do idoso. À luz do Código de Ética do Assistente Social e dos fundamentos ético-políticos da profissão, assinale a afirmativa correta sobre a atuação esperada do profissional.

- O assistente social não deve se manifestar sobre demandas de saúde, pois isso é atribuição exclusiva da equipe médica e da Secretaria de Saúde.
- O parecer social deve priorizar a análise de custo-benefício do pedido, visto que o compromisso principal do assistente social é com a gestão financeira dos recursos públicos.
- A atuação do assistente social deve se restringir à descrição de dados cadastrais, para evitar que suas análises influenciem o juiz e comprometam sua imparcialidade técnica.
- **O profissional pode apresentar estudo que considere a vulnerabilidade da família, a garantia do direito universal à saúde e à mobilidade, respeitando o princípio da dignidade humana. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 07

Um juiz da Vara de Execuções Criminais solicita ao assistente social um parecer técnico sobre a possibilidade de internação compulsória de determinado réu em situação de dependência química, após sucessivas reincidências e abandono de tratamentos ambulatoriais. A equipe de saúde do presídio se manifestou contrária à medida. Parte dos servidores afirma que o assistente social deve apoiar a decisão judicial de internação como estratégia de disciplina e controle. Considerando os fundamentos ético-políticos do serviço social e sua regulamentação profissional, assinale a afirmativa correta.

- O assistente social deve se limitar a relatar os antecedentes criminais do usuário, sem analisar seu contexto social ou condições de saúde, para evitar parcialidade.
- A defesa da autonomia do usuário não se aplica no sistema prisional, sendo obrigatória a concordância do assistente social com medidas judiciais de caráter punitivo.
- O assistente social deve apoiar a internação como forma de garantir a disciplina institucional, visto que o direito à saúde é condicionado ao cumprimento de normas judiciais.
- **O profissional pode elaborar parecer apontando as vulnerabilidades sociais envolvidas, respeitando o direito à saúde e à autonomia do usuário, sem recomendar decisões judiciais, pois sua atuação é opinativa e não decisória. – OPÇÃO CORRETA**

Considere o caso hipotético para responder às questões de 08 a 10 à luz da instrumentalidade como elemento de intervenção profissional e suas diferentes estratégias.

Em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizou a seguinte publicação: “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social”. Nessa brochura, o item três e quatro são de enorme relevância, pois tratam dos: a) Processos metodológicos de trabalho: particularidades da profissão e b) Instrumentos e técnicas: procedimentos e opinião profissional (oral), respectivamente. A equipe de supervisores do serviço social do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sugere a leitura da publicação aos novos estagiários do segundo semestre de 2025. Atentos às novas diretrizes e atualizações, o intuito é discutir as dimensões da profissão, sobretudo, as escolhas das diferentes estratégias de intervenção profissional. Em uma das tardes de discussão de casos, a equipe apresentou desafios e estratégias para abordagem, condução e emissão de opinião técnica. Dentre as apresentações se destacaram duas; analise-as.

1. JS, homem, pardo, 80 anos, aposentado e viúvo, solicitou atendimento prioritário do TJMG para ser instruído quanto à situação de reconhecimento de paternidade de um filho de 15 anos. Agindo de boa-fé, ele aderiu a uma das campanhas realizadas e solicitou o atendimento para o registro do filho, cálculo de pensão alimentícia e partilha de bens;
2. KL, adolescente em situação de conflito com a lei, solicita tempo para conversar com o defensor público e assistente social sobre o seu caso. Após o atendimento, o defensor público requer encaminhamentos para o sistema de proteção a testemunhas.

Questão 08

Atualmente, o CFESS considera algumas metodologias ou intervenções. Qual intervenção poderá ser utilizada para o senhor JS?

- Perícia.
- **Teleperícia. – OPÇÃO CORRETA**
- Laudo social.
- Exame criminológico.

Questão 09

Em tempos de serviço social contemporâneo, rememorando lamamoto (2005), é necessário que o profissional seja propositivo. Nesse sentido, diante das diferentes estratégias de intervenção profissional, citadas pelo CFESS (2022), a articulação com a rede de serviços é fundamental. Qual estratégia poderá ser utilizada para ambos os casos?

- Visita institucional.
- Entrevista em grupo.
- Revisão de prontuários.
- **Atendimento direto ao usuário. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

O debate do grupo de serviço social do TJMG é abrangente e interessante por provocar reflexões sobre a práxis. Para isso, o assistente social deverá avaliar e utilizar uma variedade de instrumentos técnicos para a intervenção. Dessas estratégias de intervenção, algumas são consideradas diretas, pois dependem da interação com o usuário. São considerados instrumentos diretos, EXCETO:

- Trabalho em grupo.
- **Elaboração de relatório. – OPÇÃO CORRETA**
- Entrevista e acolhimento social.
- Acompanhamento e atendimento social.

Questão 11

Observe o trecho de um modelo de Termo de Visita de Fiscalização e Orientação como instrumento da Política Nacional de Fiscalização:

INSTRUMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

**TERMO DE VISITA DE FISCALIZAÇÃO
E ORIENTAÇÃO**

(1 via CRESS, 1 via para o/a entrevistado/a e 1 via para a instituição)

Instituição: _____
Endereço: _____ Telefone: _____
Nome do/a responsável pela instituição e cargo: _____
Entrevistado/a: _____
Nome social: _____ Número de CRESS _____
CPF: _____ Cargo/Função: _____
Data: _____ Horário: _____

A/O Assistente Social agente fiscal.....
CRESS n°..... em visita de fiscalização do
exercício profissional do/a assistente social na insti-
tuição supramencionada, com fundamento no artigo 10
da lei 8662/1993 e no artigo 13 da Resolução CFESS n.
512/2007, que institui a Política Nacional de Fiscalização
do Conjunto CFESS/CRESS, devidamente habilitada/o
para cumprimento de suas funções, constatou:

(CFESS. *Gestão defendendo direitos, radicalizando a democracia. Brasília, 2019.*)

É correto afirmar que tal documento é utilizado em:

- Comissões de Ética e Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Serviço Social.
- **Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) dos Conselhos Regionais de Serviço Social. – OPÇÃO CORRETA**
- Comissões de Fiscalização (CFI) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).
- Comissões de Ética e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Questão 12

À primeira vista, o tema instrumentalidade no exercício profissional do assistente social parece ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais propriamente dito.

(GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2007, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: CRESS, 2007.)

Sobre a instrumentalidade que apreende as estratégias e técnicas de intervenção do assistente social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil; isso remete à dimensão ético-política da instrumentalidade.
- II. Pela instrumentalidade da profissão passam elementos progressistas, emancipatórios, próprios da razão dialética.
- III. Sempre existirão projetos que disputam uma determinada concepção de instrumentalidade e o lugar da dimensão técnico-operativa na profissão.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 13

Sobre as estratégias e as técnicas de intervenção em serviço social, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O estudo social é o processo de conhecimento mais amplo da realidade social de um indivíduo ou grupo.
- () O estudo social corresponde ao registro por meio de relatório social; a perícia social e o laudo social correspondem ao parecer.
- () No campo jurídico, a perícia social se constitui um meio de prova por se tratar de uma declaração técnica.

A sequência está correta em

- V, V, V. – **OPÇÃO CORRETA**
- F, V, F.
- V, F, V.
- F, F, F.

Questão 14

Considere que o assistente social X interveio, por meio de um diálogo, e produziu um processo de comunicação direta. Havia um entrevistador e um entrevistado conduzindo a conversa, a fim de direcionar os objetivos pretendidos no processo de trabalho. Nessa ação, é correto afirmar que o profissional utilizou o seguinte instrumento:

- **Entrevista.** – **OPÇÃO CORRETA**
- Visita domiciliar.
- Acompanhamento.
- Observação participante.

Questão 15

Sobre pesquisa e dimensão investigativa no serviço social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Assume um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico, que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis para uma intervenção profissional qualificada.
- II. Garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão.
- III. É o fazer profissional do assistente social, concretizado na ação direta junto a indivíduos, grupos e comunidades.
- IV. Refere-se ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais propriamente ditos.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e II. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III.
- III e IV.
- I, II e III.

Questão 16

Um assistente social recém-ingresso no TJMG passou a atuar junto às Varas da Infância e Juventude e às Varas de Família. Em uma das demandas foi solicitado que elaborasse um parecer técnico em processo judicial envolvendo situação de violência doméstica e negligência parental. Considerando as atribuições do assistente social no âmbito do Poder Judiciário, especialmente no TJMG, assinale a afirmativa que, nesse contexto, melhor expressa sua função técnico-operativa.

- O assistente social atua exclusivamente na concessão de benefícios assistenciais aos jurisdicionados, não possuindo competência para emitir pareceres ou realizar estudos sociais em processos judiciais.
- O assistente social no Judiciário se limita a prestar atendimentos informativos às partes, sendo vedada a análise de vínculos familiares e contextos de vulnerabilidade social para não interferir na decisão judicial.
- A atuação do assistente social no TJMG está vinculada à aplicação de medidas judiciais e à definição de sentenças, assumindo função decisória junto aos magistrados nos casos que envolvam vulnerabilidade social.
- **A atuação do assistente social no TJMG consiste na elaboração de estudos e pareceres sociais, instruindo processos judiciais com base em avaliação sociofamiliar, articulação com a rede de proteção e defesa de direitos, respeitando os princípios ético-políticos da profissão. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 17

Determinado assistente social do TJMG recebeu determinação de um magistrado para atuar em um processo de destituição do poder familiar, envolvendo duas crianças em situação de negligência grave. Durante a reunião da equipe interprofissional, surgiram dúvidas entre os novos servidores sobre quais são os limites legais e éticos da atuação do assistente social no Poder Judiciário. Com base na legislação e nas normativas que regulamentam a atuação do assistente social no TJMG, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A atuação do assistente social no TJMG está pautada na Lei nº 8.662/1993 e no Código de Ética Profissional, que estabelecem o compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a qualidade dos serviços prestados.
- () Os assistentes sociais do Judiciário devem elaborar estudos e pareceres sociais para subsidiar decisões judiciais, preservando o sigilo profissional e sua autonomia técnica.
- () O assistente social judiciário possui competência legal para decidir sobre a aplicação de medidas protetivas, como a destituição do poder familiar, atuando em conjunto com o magistrado como autoridade co-decisória.
- () No TJMG, o assistente social integra a equipe técnica interprofissional, realizando entrevistas, visitas domiciliares, articulações com a rede de serviços e elaborando documentos técnicos que compõem os elementos dos processos judiciais.

A sequência está correta em

- **V, V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- V, F, F, V.
- F, V, V, F.
- F, F, V, F.

Questão 18

Em uma Vara da Infância e Juventude do TJMG, o magistrado recebeu denúncia do Conselho Tutelar sobre uma adolescente vítima de violência sexual intrafamiliar. Foi determinado à equipe interprofissional a elaboração de estudo social para subsidiar decisão sobre aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional. Um servidor novo questionou se o assistente social poderia recomendar diretamente a medida judicial e decidir sobre sua aplicação. Considerando a legislação e as normativas que regem a atuação do assistente social no Poder Judiciário, especialmente no TJMG, assinale a afirmativa correta.

- O Código de Ética veda ao assistente social se manifestar sobre situações de violação de direitos, devendo manter neutralidade técnica para evitar interferência nos processos judiciais.
- O assistente social pode decidir sobre a aplicação de medidas protetivas, cabendo ao juiz apenas homologar sua decisão técnica, visto que ele é o profissional que detém maior proximidade com o caso.
- O assistente social não deve realizar visitas domiciliares ou entrevistas em casos de violência, para não interferir na esfera decisória do Judiciário, restringindo-se a compilar dados socioeconômicos da família.
- **O assistente social atua de forma técnica, realizando visitas, entrevistas, articulações com a rede de proteção e elaborando estudos e pareceres, que têm caráter instrutivo e não vinculante, cabendo ao magistrado a decisão sobre as medidas protetivas. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 19

Em um processo de violência doméstica que tramita no TJMG, o assistente social identificou, durante entrevista com a vítima, informações sensíveis que poderiam comprometer sua segurança, caso fossem expostas nos autos. Um servidor do cartório sugeriu que todo o conteúdo fosse inserido integralmente no relatório. Considerando a legislação e os princípios do Código de Ética do Assistente Social, é correto afirmar que o assistente social, neste caso:

- Deve omitir qualquer informação obtida em entrevistas, para manter absoluta neutralidade no processo.
- Está obrigado a relatar integralmente todas as falas da usuária, independentemente de risco, pois o sigilo não se aplica ao Judiciário.
- Só pode repassar as informações caso haja autorização do Ministério Público, órgão que supervisiona os processos de violência doméstica.
- **Pode incluir as informações nos autos apenas quando essenciais à análise do caso e mediante linguagem técnica que proteja a identidade e a integridade da usuária. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 20

Um assistente social do TJMG atua em uma comarca onde há grande número de processos envolvendo crianças em situação de trabalho infantil. O magistrado solicitou estratégias de atuação preventiva e integrada. Com base na legislação pertinente ao trabalho do serviço social no TJMG, assinale a afirmativa correta.

- O assistente social deve encaminhar todos os casos ao Conselho Tutelar e não pode propor ações conjuntas com outras políticas setoriais.
- O assistente social atua exclusivamente com medidas repressivas e judiciais, sendo as ações preventivas de competência exclusiva da área da saúde.
- A atuação do assistente social no Judiciário deve se limitar à emissão de laudos e pareceres, sendo vedado articular ações com outros serviços ou políticas públicas.
- **O assistente social pode e deve articular a rede socioassistencial e de proteção à infância, pois sua atuação inclui ações intersetoriais voltadas à garantia de direitos. – OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA**A quem interessa proteger o patrimônio cultural?**

Os bens culturais fazem parte do cotidiano de todos nós. Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais. Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.

Em um país culturalmente rico como o nosso, o que define a singularidade de cada região? Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais. Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações. É um direito de todos, inclusive daqueles que ainda vão nascer, ter acesso e desfrutar dessas referências históricas e identitárias do nosso povo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público. A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens. Nesse condomínio de atribuições, nenhum órgão público detém primazia sobre o outro, pois as responsabilidades são compartilhadas e não excludentes.

A distribuição equânime das funções relacionadas à tutela do patrimônio é uma decorrência lógica do federalismo cooperativo, idealizado para permitir a efetiva descentralização do poder, assegurando autonomia dos estados e municípios na solução dos problemas regionais e locais. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, a descentralização é um importante reforço à democracia participativa, pois permite que as pessoas estejam mais próximas dos locais onde são tomadas as decisões políticas, favorecendo o exercício da cidadania e intensificando a sensação de pertencimento social.

A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – que devem trabalhar juntos para garantir a preservação dos bens culturais. Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural. Além de ser titular da ação penal, o MP tem competência para investigar, processar e firmar acordos que ajustem condutas lesivas ou que coloquem em risco bens culturais.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi pioneiro ao criar, em 2003, a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos. [...]

(Marcelo Azevedo Maffra. Promotor de Justiça e Coordenador Estadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural – CPPC. Estado de Minas. Em: 10 de fevereiro de 2025. Adaptado.)

Questão 21

Dentre os fragmentos a seguir, assinale a opção em que a indicação do sujeito da oração demonstra o emprego de um recurso argumentativo que agrega credibilidade às informações apresentadas.

- “Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais.” (2º§)
- **“A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público.” (3º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens.” (3º§)
- “Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais.” (1º§)

Questão 22

No segmento “[...] para garantir a preservação dos bens culturais.” (5º§), é possível identificar uma expressão de:

- Hipótese.
- **Efeito visado. – OPÇÃO CORRETA**
- Efeito contingente.
- Regularidade de ação.

Questão 23

De acordo com as informações e ideias expressas no texto, analise as afirmativas a seguir.

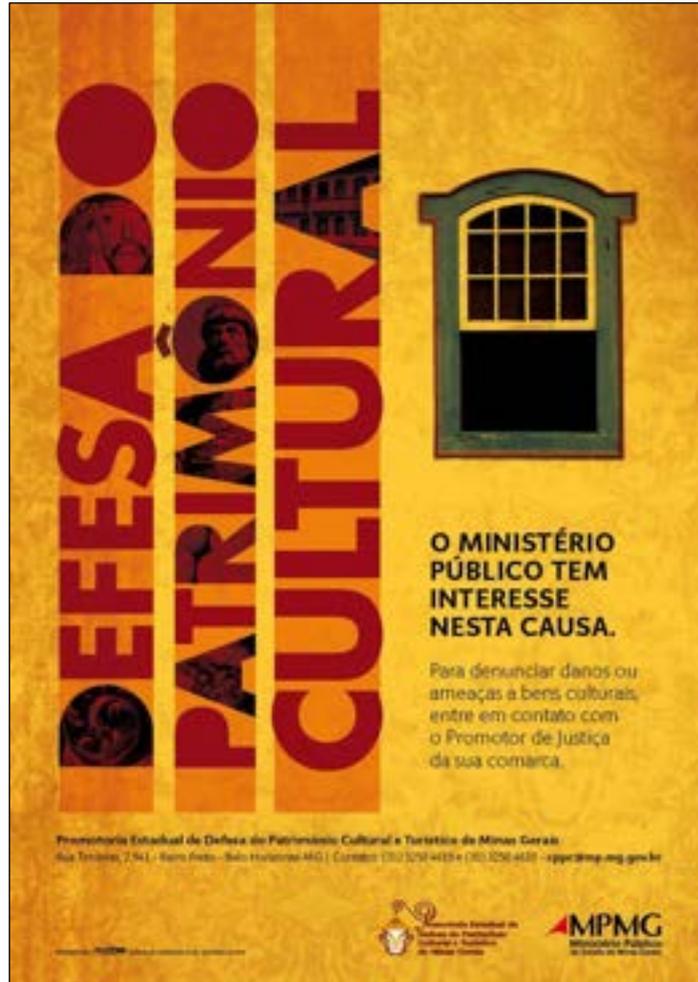
- I. Proteger o patrimônio cultural é uma ação que não está atrelada a um único agente.
- II. Embora a existência de uma cultura rica seja realidade no Brasil, o acesso a elementos que a constituem é desconhecido da maior parte da população.
- III. Elementos da cultura brasileira que indicam diferenças culturais contribuem para a construção e formação de um patrimônio cuja importância se projeta para além do tempo presente.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- **I e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.

Questão 24

Analise o cartaz a seguir:



(Cartaz Defesa do Patrimônio Cultural – Diretoria de Publicidade Institucional do Ministério Público de Minas Gerais.)

Em “*Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos.*” (1º§), é possível identificar um processo de retomada da informação através do emprego da expressão destacada. Considerando a afirmativa anterior, é possível afirmar que no cartaz:

- Em “*sua comarca*”, a retomada da informação ocorre em referência à expressão anterior “*Promotor de Justiça*”.
- Os pronomes empregados, “*nesta*” e “*sua*”, demonstram emprego equivalente ao indicado no enunciado da questão.
- A expressão “*nesta causa*”, assim como a expressão destacada no enunciado, contribui para manutenção da informação apresentada. – **OPÇÃO CORRETA**
- A expressão “*esses bens*”, no enunciado, e “*nesta causa*”, no cartaz, possuem o mesmo referente, considerando o tema apresentado.

Questão 25

Acerca do título “*A quem interessa proteger o patrimônio cultural?*”, pode-se afirmar que:

- A locução verbal “*interessa proteger*” permite reconhecer o sujeito da oração.
- A ordem indireta da frase permite identificar que tal escolha linguística demonstra a ênfase dada ao sujeito da oração.
- A expressão “*a quem interessa*”, por se tratar de uma locução feminina, exige o uso do acento grave indicativo de crase.
- A reescrita “*A proteção do patrimônio cultural interessa a quem?*” indica uma possível alteração quanto à ênfase dada aos elementos linguísticos. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em relação ao texto apresentado, indica-se como característica da tipologia textual predominante:

- **Exposição e defesa de uma ideia por meio de argumentações. – OPÇÃO CORRETA**
- Encadeamento de traços que caracterizam a composição de conceito.
- Identificação de elementos, tais como tempo linear e espaço definidos, entre outros.
- Emprego de expressões qualificativas em geral, além de referências ao interlocutor feitas pelo enunciador.

Questão 27

“Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.” (1º§). Considerando o contexto em que o segmento anterior está inserido e os elementos linguísticos que o constituem, pode-se afirmar que:

- Caso o “nos” fosse substituído por “me”, a forma verbal “lembram” seria substituída por “lembra”.
- Os pronomes “Eles” e “nos” são identificados e classificados com a mesma função sintática, visto que retomam com o mesmo referente.
- Todos os termos apresentados no plural estabelecem concordância com o sujeito “Eles”, terceira pessoa do plural, de acordo com a norma padrão da língua.
- **As formas verbais “despertam”, “lembram” e “refletem” estabelecem concordância gramatical com o mesmo referente, não havendo repetição do sujeito a que se referem. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 28

Inferir-se do texto que a atuação do poder público de forma descentralizada, a fim de conferir autonomia a Estados e Municípios:

- Tem como prerrogativa o estabelecimento da democracia de forma sistemática e gradual.
- Decorre de situações vistas como inadequadas e repensadas a partir de uma lógica de cooperação.
- Indica a necessidade de que haja um constante reforço à democracia através de decisões centrais que se estendem às comunidades locais.
- **É um fator de cooperação para que haja envolvimento efetivo das comunidades em relação ao patrimônio cultural local, valorizando-o de forma participativa e relevante. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 29

Considerando os aspectos linguísticos dos trechos destacados seguidos de comentários, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Em “A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República [...]” (5º§), observa-se o emprego de regência nominal com exigência da preposição “a”.
- () Em “Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural.” (5º§)”, omite-se o agente da ação verbal indicando uma instituição.
- () Em “Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos.” (6º§), a expressão que introduz o período estabelece conexão temporal com a informação anterior.

A sequência está correta em

- **V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V.
- F, V, F.
- V, V, F.

Questão 30

Em “Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações.” (2º§), a expressão entre vírgulas:

- Promove a suspensão do discurso.
- **Denota uma conexão discursiva conclusiva. – OPÇÃO CORRETA**
- Intensifica a ideia apresentada anteriormente.
- Indica uma ponderação acerca da informação seguinte.

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Antônio e Beatriz foram casados e tiveram dois filhos: Carlos e Daniela. Antônio também tinha uma filha de outro casamento, Elisa. Após o falecimento de Antônio, o único imóvel residencial do casal passou a ser copropriedade de Beatriz, Carlos, Daniela e Elisa. Beatriz permaneceu residindo no imóvel com Carlos e Daniela, enquanto Elisa ajuizou ação de extinção de condomínio, pleiteando a venda judicial do imóvel e a cobrança de aluguéis pelo uso do bem pelos demais moradores. O juízo de primeira instância acolheu o pedido de Elisa, determinando a venda do imóvel e condenando Beatriz, Carlos e Daniela ao pagamento de aluguéis proporcionais à cota de Elisa. Beatriz apelou, sustentando que possui direito de permanecer no imóvel de forma gratuita enquanto viver, em razão de sua condição de cônjuge sobrevivente. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; e Elisa pode exigir aluguéis de Carlos e Daniela apenas pelo uso do imóvel.
- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; Elisa não pode exigir aluguéis de nenhum dos moradores pelo uso do imóvel. – **OPÇÃO CORRETA**
- O direito real de habitação de Beatriz não impede a extinção do condomínio nem a alienação judicial do imóvel; Elisa pode exigir aluguéis de Beatriz, Carlos e Daniela pelo uso do imóvel.
- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; mas Elisa pode exigir aluguéis de Beatriz, Carlos e Daniela pelo uso do imóvel.

Questão 02

Rafael ajuizou ação contra Samara buscando a declaração de propriedade sobre um terreno urbano. Na petição inicial, atribuiu à causa o valor de R\$ 10.000,00, enquanto o terreno tinha valor de mercado estimado em R\$ 400.000,00. Ao analisar o processo, a juíza Tamires entendeu que o valor atribuído à causa era manifestamente irrisório diante do proveito econômico perseguido e, de ofício, corrigiu o valor para R\$ 400.000,00, determinando que Rafael complementasse as custas processuais no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo. Nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- O valor da causa é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, quando não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa cabe agravo de instrumento.
- O valor da causa é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, quando não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa não cabe agravo de instrumento. – **OPÇÃO CORRETA**
- O valor da causa não é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, ainda que não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa cabe agravo de instrumento.
- O valor da causa não é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, ainda que não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa não cabe agravo de instrumento.

Questão 03

Lucas compareceu como convidado à recepção de celebração do casamento de Laura e Gustavo. A recepção dos convidados foi organizada inteiramente pela empresa GV Festas e Recepções, em razão de contrato celebrado com os noivos. Durante a festa, ao ir ao banheiro, Lucas pisou em pedaços de vidro e escorregou, vindo a sofrer profundo corte no pé esquerdo e a fraturar o braço direito. Os pedaços de vidro e o chão molhado e escorregadio próximo ao banheiro decorreram do fato de que convidados haviam deixado cair no chão taças com bebidas, que ainda não tinham sido retirados e limpados pela empresa responsável pela organização da celebração. Lucas entende ter sofrido danos morais, materiais e estéticos, motivo pelo qual irá ajuizar ação indenizatória contra a GV Festas e Recepções. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- Lucas deverá ajuizar a ação indenizatória no foro do lugar do fato ou no foro do domicílio do réu.
- A responsabilidade do *buffet* em relação aos convidados será apurada mediante a verificação de culpa.
- O prazo prescricional que Lucas dispõe para o ajuizamento de ação indenizatória é de três anos, contados da data do conhecimento do dano e de sua autoria.
- Lucas é considerado consumidor e pode requerer aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), mesmo que tenha comparecido à festa como convidado. – OPÇÃO CORRETA

Questão 04

A Caixa Econômica Federal ajuizou execução fiscal em desfavor de *By Modas Infantil LTDA.*, relativamente a valores não recolhidos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A execução fiscal foi distribuída à 1ª Vara Federal de Uberlândia, Seção Judiciária de Minas Gerais. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- Valores não recolhidos de FGTS não podem ser objeto de execução fiscal, pois não têm natureza tributária.
- A execução fiscal deve ser extinta sem resolução do mérito, porque é intentada contra pessoa jurídica de direito privado.
- A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade para ajuizar execução fiscal relativa aos seus créditos, porque não integra o conceito de Fazenda Pública. – OPÇÃO CORRETA
- O juízo da 1ª Vara Federal de Uberlândia deve declinar sua competência para o julgamento da ação e determinar a remessa dos autos à Justiça Estadual, juízo competente para o caso.

Questão 05

Melissa, 4 anos, é filha de Eduarda e Pablo Júnior. Melissa reside em Pedra Azul, Minas Gerais, com sua genitora, que detém a sua guarda. Sabe-se que ela recebe pensão alimentícia de R\$ 30.000,00 por mês, em razão da alta remuneração de seu genitor, que é jogador do *Feyenoord*, uma das principais equipes do futebol holandês. De acordo com o caso hipotético, é correto afirmar que:

- Melissa não pode ser considerada contribuinte, porque é menor absolutamente incapaz.
- Se a pensão alimentícia tiver sido fixada judicialmente, não há incidência de imposto de renda.
- Pablo Júnior é considerado contribuinte, relativamente ao Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a pensão alimentícia paga a Melissa.
- Eduarda é responsável tributária, em relação ao recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre os valores que Melissa recebe de pensão alimentícia. – OPÇÃO CORRETA

Questão 06

Pedro, com dolo de matar, efetua diversos disparos de arma de fogo contra João, que cai ao solo gravemente ferido. A vítima é socorrida e, durante o transporte até o hospital, a ambulância colide frontalmente com uma carreta, tendo como causa morte de João a colisão. Considere que a perícia concluiu pela autonomia causal do sinistro em relação aos ferimentos iniciais. Diante o exposto, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade penal de Pedro pelo evento morte de João.

- Pedro responde por homicídio culposo, pois a cadeia causal foi interrompida por causa superveniente e não há dolo quanto ao resultado morte.
- Pedro responde por crime preterdoloso (lesão corporal seguida de morte), pois, embora quisesse apenas lesionar, assumiu o risco do resultado fatal ao efetuar múltiplos disparos de arma de fogo.
- Pedro responde por homicídio consumado, pois o Código Penal adota a teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*), sendo irrelevante a ocorrência do acidente de trânsito para a imputação do resultado.
- Pedro responde por tentativa de homicídio, pois o resultado morte decorreu de causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, excluindo a imputação do óbito ao agente que disparou com arma de fogo contra a vítima (art. 13, § 1º, CP), ficando as lesões corporais absorvidas pelos atos de execução do homicídio tentado. – OPÇÃO CORRETA

Questão 07

Mariana compareceu à Delegacia de Polícia acompanhada de seu advogado, com a finalidade de relatar a suposta prática dos crimes de estelionato e falsidade documental por parte de seu antigo sócio. Foram apresentados documentos, indicadas testemunhas e fornecidos os dados de qualificação do investigado. Cinco dias após o registro da ocorrência, sem adoção de qualquer diligência para apuração dos fatos narrados, o delegado de polícia proferiu despacho indeferindo a instauração do Inquérito Policial e determinando a suspensão do procedimento. Diante dessa situação hipotética, a providência juridicamente adequada a ser tomada é:

- Interpor recurso para o chefe de polícia, a fim de que esse reavalie o indeferimento da instauração do inquérito policial. – **OPÇÃO CORRETA**
- Encaminhar representação ao Ministério Público, titular da ação penal, para que determine a instauração do inquérito policial.
- Solicitar ao juiz a imediata instauração do inquérito, uma vez que a decisão do delegado deve ser submetida ao Poder Judiciário.
- Formular pedido administrativo perante a Secretaria de Segurança Pública, pois a decisão do delegado é ato administrativo passível de revisão hierárquica por esse órgão.

Questão 08

Além das infrações de trânsito de cunho administrativo, para os comportamentos mais graves dos condutores ou usuários do trânsito, a Lei Federal nº 9.503/1997 previu os denominados crimes de trânsito. Considere que João, motorista profissional no exercício do seu mister, conduzia ônibus transportando passageiros escolares e atropelou um pedestre em via pública municipal, tendo este obtido lesões corporais graves em decorrência do sinistro de trânsito. João acionou imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) e permaneceu no local do sinistro, testemunhando o pronto socorro e encaminhamento do pedestre atropelado ao hospital local, e ficando ali presente até o encerramento do atendimento pela equipe competente. Sobre o caso hipotético, em respeito ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e decisões sedimentadas de tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. No caso, João praticou o crime de trânsito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- II. Se João não fosse habilitado e não se constatando desígnios autônomos, o delito cometido no caso hipotético absorveria o crime de conduzir veículo sem possuir CNH, restando esse apenas como motivo para aumento de pena.
- III. Na ação penal, caso seja imposta a João a pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, esta deverá ser empregada de forma isolada, sendo vedada sua aplicação cumulativa com a pena de detenção.
- IV. Conforme permissão legal, João não foi preso em flagrante por não ter se afastado do local até o fim do atendimento do sinistro.
- V. Se constatada a embriaguez de João, é inaplicável a absorção de crimes no evento hipotético.

Está correto o que se afirma apenas em

- II e IV.
- **II e V. – OPÇÃO CORRETA**
- I, III e V.
- I, II, III e IV.

Questão 09

Mariana, 10 anos, é representada pela mãe, Laura, em execução de alimentos contra o pai, Pedro, que havia deixado de pagar seis parcelas mensais. O valor atualizado da dívida era de R\$ 6.000,00. Na audiência de conciliação, Laura e Pedro firmaram acordo, pelo qual Pedro pagaria imediatamente R\$ 4.000,00, ficando liberado do saldo de R\$ 2.000,00, e se comprometeu a quitar pontualmente as prestações futuras. O acordo foi homologado pelo juiz. O Ministério Público interpôs recurso, sustentando que: (i) os alimentos são irrenunciáveis, inclusive os pretéritos não prestados; e (ii) haveria conflito de interesses entre Mariana e seus genitores, impondo a necessidade de nomeação de curador especial. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- É plenamente válida a renúncia a todos os alimentos – passados, presentes e futuros, em razão da autonomia da vontade das partes.
- **É possível a renúncia às parcelas pretéritas de alimentos não prestados, pois a irrenunciabilidade recai sobre o direito em si, e não sobre o crédito vencido. – OPÇÃO CORRETA**
- Os alimentos, sejam pretéritos, presentes ou futuros, são absolutamente irrenunciáveis, dada sua natureza de direito indisponível, razão pela qual o acordo é nulo.
- O acordo somente poderia ser válido mediante a nomeação de curador especial à criança, já que a transação entre os genitores configura, por si, conflito de interesses.

Questão 10

Antônio, 16 anos, praticou ato infracional equiparado a furto. O Ministério Público lhe ofereceu remissão pré-processual cumulada com prestação de serviços à comunidade, a qual foi aceita. Semanas depois, o adolescente voltou a delinquir e, em nova apuração, sobreveio representação julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida de semiliberdade. Na fase de execução, o magistrado se limitou a iniciar o cumprimento da semiliberdade, sem promover a unificação com a prestação de serviços à comunidade anteriormente imposta. Inconformado, o defensor do adolescente requereu a unificação das medidas em curso. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a unificação das medidas socioeducativas impostas em razão de remissão e de representação julgada procedente é:

- **Vedada. – OPÇÃO CORRETA**
- Obrigatória.
- Facultativa, mediante requerimento do Ministério Público.
- Facultativa, a critério do juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor ou do representante legal do adolescente.

Questão 11

A empresa Luz & Som Produções LTDA., dirigida por Bruno, organizou um festival de música em Belo Horizonte. Antes do evento, Bruno solicitou autorização ao Juízo da Vara da Infância e Juventude para permitir a entrada de adolescentes desacompanhados. O juiz Carlos indeferiu o pedido e determinou, expressamente, que somente poderiam ingressar menores de 18 anos acompanhados por pais ou responsáveis, além de ordenar a fiscalização pelo Conselho Tutelar, representado por Daniela. Durante o evento, Daniela constatou que dois adolescentes entraram desacompanhados, por negligência no controle de acesso, havendo, inclusive, registro de consumo de bebidas alcoólicas. Diante disso, foi lavrado auto de infração e ajuizada representação contra a empresa. O magistrado condenou a Luz & Som Produções LTDA. ao pagamento de multa administrativa, com fundamento no descumprimento da determinação judicial protetiva – art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No recurso interposto, a empresa sustentou que: (i) a sanção prevista no ECA só poderia ser aplicada a pais, tutores ou guardiães, não se estendendo a pessoas jurídicas; e (ii) os adolescentes atingiram a maioria antes da sentença, de modo que a multa deveria ser afastada, pois teria caráter exclusivamente preventivo. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a sanção administrativa:

- Somente pode ser aplicada a pais, tutores ou guardiães, mas, uma vez configurada a infração, a superveniência da maioria da vítima adolescente não afasta a multa, que também tem natureza sancionatória.
- Somente alcança pais, tutores e guardiães, de modo que não pode ser aplicada a pessoas jurídicas; além disso, a superveniência da maioria da vítima adolescente no curso do processo afasta a imposição da multa.
- **Pode ser aplicada a pessoas jurídicas que descumpram determinações judiciais protetivas, e a superveniência da maioria da vítima não afasta a multa, pois esta tem caráter punitivo e pedagógico, além do preventivo. – OPÇÃO CORRETA**
- Pode ser aplicada a pessoas jurídicas que descumpram determinação judicial, mas deve ser afastada se a vítima adolescente atingir a maioria antes da sentença, diante do caráter meramente preventivo da penalidade.

Questão 12

Na penitenciária X, localizada no município de Divinópolis – Unidade Federativa de Minas Gerais, cinco reeducandas, gestantes ou responsáveis por filhos ou dependentes com deficiência, através de seus advogados constituídos, ingressaram com requerimento no íncrito Juízo da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais e Privativa da Secretaria da Comarca de Divinópolis, com progressão de regime. Salienta-se, por oportuno, que todas as condenações ocorreram em fevereiro e março do ano de 2019. Nos pleitos de progressão de regime, têm-se as seguintes condições pessoais e jurídicas das reeducandas, confira-se: 1ª) Lady, primária, gestante, condenada por furto qualificado pelo concurso de pessoas, cumpriu um oitavo da pena no regime anterior, mantém bom comportamento carcerário, nunca integrou organização criminosa e não cometeu falta grave; 2ª) Elderly, primária, mãe de duas crianças, condenada por lesão corporal de natureza grave – deformidade permanente, cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa, bem como não deflagrou falta grave durante o seu cumprimento de pena; 3ª) Girl, primária, responsável por um dependente com deficiência, condenada por estelionato, já cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, todavia cometeu falta grave durante a execução da pena; 4ª) Woman, reincidente, mãe de um filho adolescente, condenada por tráfico ilícito de entorpecentes, cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa, mas sua condenação anterior a torna reincidente; 5ª) Madam, primária, mãe de três filhos adolescentes, condenada por apropriação indébita, cumpriu um dezesseis avos da pena no regime anterior, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas no texto, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, sobre a possibilidade de progressão de regime para cada reeducanda, assinale a alternativa correta.

- Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: vedada. – OPÇÃO CORRETA
- Lady: permitida; Elderly: permitida; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: vedada.
- Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: permitida; Woman: vedada; Madam: vedada.
- Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: permitida.

Questão 13

Em 10 de setembro de 2025, durante inspeção no estabelecimento prisional Y, localizado em Contagem – Unidade Federativa de Minas Gerais, a equipe especializada da Polícia Penal “Mineira”, verificou as seguintes condutas deflagradas por diferentes reeducandos, confira-se: 1º) O reeducando ZZZ, sem motivos aparentes, se recusou a fornecer material biológico para fins de identificação de perfil genético, quando regularmente solicitado pela autoridade competente; 2º) O reeducando XXX, cumprindo pena em regime aberto, foi flagrado em reiteradas saídas sem autorização judicial e deixou de comparecer ao local de trabalho previamente informado, de acordo com as condições impostas pelo íncrito Juízo competente ao regime aberto; 3º) O reeducando JJJ foi encontrado portando um objeto artesanalmente confeccionado com lâmina metálica, apto a causar lesões graves em outros reeducandos; 4º) O reeducando PPP, em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, incitou um grupo de detentos a não retornarem às celas após o horário de banho de sol, resultando em tumulto coletivo no mencionado estabelecimento prisional. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Todas as condutas praticadas pelos reeducandos – ZZZ, XXX, JJJ e PPP – configuram falta grave, uma vez que encontram respaldo expresso no ordenamento jurídico brasileiro. – OPÇÃO CORRETA
- Apenas as condutas dos reeducandos ZZZ e PPP configuram falta grave, pois possuem previsão expressa e atualizada em lei, ao passo que a conduta praticada pelo reeducando XXX caracteriza apenas descumprimento disciplinar de natureza leve.
- Apenas as condutas dos reeducandos JJJ e PPP configuram falta grave, já que a recusa ao fornecimento de material genético pelo reeducando ZZZ não pode ser equiparada a descumprimento de dever, e o descumprimento das condições do regime aberto pelo reeducando XXX não tem natureza de falta grave.
- Apenas as condutas praticadas pelos reeducandos XXX e JJJ configuram falta grave, pois a recusa do reeducando ZZZ é incompatível com garantias constitucionais de não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), e a incitação deflagrada pelo reeducando PPP é ato que não possui previsão expressa no ordenamento jurídico em vigor no país.

Questão 14

Durante operação policial, Roberto foi flagrado transportando em seu veículo 200 gramas de cocaína, acondicionados em porções já preparadas para a venda. No mesmo compartimento, havia, também, uma quantidade significativa de cafeína e lidocaína, substâncias comumente utilizadas para misturar e “aumentar” o volume da droga, elevando o lucro da comercialização. A defesa alegou que a conduta de portar insumos deveria configurar crime distinto daquele de transportar a droga, com aplicação cumulativa de penas. À luz do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quanto à tipificação penal, é correto afirmar que Roberto responderá:

- Por dois crimes de tráfico de drogas em concurso material, pois praticou dois verbos distintos previstos no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.
- Apenas por posse irregular de insumos químicos, pois a utilização de cafeína e lidocaína para misturar drogas não é abrangida pelo tipo penal do art. 33 da Lei de Drogas.
- **Por crime único de tráfico de drogas, uma vez que a lei tipifica o tráfico como crime de ação múltipla, bastando a prática de um ou mais verbos em um mesmo contexto fático. – OPÇÃO CORRETA**
- Por associação para o tráfico e tráfico de drogas, pois portar insumos com a finalidade de adulteração configura necessariamente vínculo estável e permanente com outros traficantes.

Questão 15

Em determinada investigação, a Polícia Federal identificou um grupo, formado por sete pessoas, que se organizava com divisão de tarefas, inclusive com liderança definida, tesouraria e setor de logística, visando ao contrabando de armas de uso restrito. Durante o processo, a defesa alegou que o crime imputado aos acusados deveria ser de associação criminosa (art. 288, CP), e não de organização criminosa (Lei nº 12.850/2013), sustentando que não havia diferença substancial entre as figuras típicas. À luz da Lei nº 12.850/2013 e das alterações introduzidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), assinale a afirmativa correta quanto ao enquadramento jurídico da conduta.

- Organização criminosa, bastando a comprovação do caráter transnacional do delito, sem o qual a conduta deve ser enquadrada como associação criminosa.
- Associação criminosa, pois a diferença para a organização criminosa é apenas numérica: três pessoas caracterizam associação, e quatro ou mais, organização.
- Associação criminosa, salvo se houver prova da prática efetiva de ao menos um crime hediondo, hipótese em que se configuraria organização criminosa hedionda.
- **Organização criminosa, pois presentes os requisitos da Lei nº 12.850/2013, quais sejam: associação de quatro ou mais pessoas, divisão de tarefas; e finalidade de obter vantagem ilícita por meio de crimes cuja pena máxima ultrapassa quatro anos. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 16

No dia 25 de agosto de 2025, por volta das 14h15, na cidade de Belo Horizonte – Unidade Federativa de Minas Gerais, a Polícia Civil, em cumprimento a diligência decorrente de operação regularmente deflagrada em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constatou, em estabelecimento hoteleiro de grande porte, a existência de área destinada à prática de jogatina, consistente em jogos de apostas com cartas, cujo resultado dependia unicamente da sorte. No curso da diligência, a autoridade policial verificou, no quadro funcional do referido estabelecimento hoteleiro, o registro do estagiário ZZZ, nascido em 7 de setembro de 2008, o qual mantinha vínculo formal de estágio com a empresa, percebendo a respectiva bolsa-auxílio e gozando dos direitos correlatos. Ressalte-se que o referido estagiário se encontra regularmente matriculado no primeiro período do curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais e exerce a função de tradutor junto aos hóspedes estrangeiros que participavam dos jogos, em razão de sua comprovada proficiência nos idiomas inglês, espanhol e alemão. Outrossim, apurou-se que o hóspede RRR, nascido em 20 de maio de 2001, declarou que sua participação se limitava a apostas realizadas por meio da internet, vinculadas ao mesmo jogo promovido pelo estabelecimento hoteleiro, sem que tenha comparecido presencialmente ao local em que ocorriam as mencionadas atividades desviantes. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas no texto, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Caso ZZZ participe dos jogos, mesmo apostando uma pequena quantia de seu salário, será responsabilizado penalmente pela sua conduta.
- O hóspede RRR, que participou do jogo pela *internet*, não pode ser responsabilizado criminalmente, pois o ordenamento jurídico em vigor, na República Federativa do Brasil, exige presença física do apostador no local da jogatina.
- A realização de jogos de apostas de cartas, cujo desfecho se vincula tão-somente à sorte no estabelecimento hoteleiro citado no texto, não caracteriza “lugar acessível ao público” para fins penais, motivo pelo qual o fato deve ser considerado atípico.
- De acordo com a legislação em vigor na República Federativa do Brasil, o organizador do jogo será responsabilizado pela prática de contravenção penal, sujeitando-se à pena em abstrato de prisão simples de três meses a um ano e multa, com aumento de um terço, em razão de se verificar que entre os trabalhadores do estabelecimento há a pessoa do estagiário ZZZ. – OPÇÃO CORRETA

Questão 17

No dia 3 de setembro de 2025, por volta de 21h, na cidade de Uberaba – Unidade Federativa de Minas Gerais, ZZZ, maior de idade e plenamente capaz de compreender o caráter ilícito de sua conduta, foi denunciado por vizinhos à Polícia Militar de Minas Gerais, em razão de haver instalado equipamentos de som (“parede de som”) em volume elevado, presumivelmente com a intenção livre e consciente de perturbar o sossego da coletividade. Todavia, a guarnição policial compareceu ao local antes que o referido equipamento sonoro fosse efetivamente acionado, encontrando apenas a aparelhagem montada e pronta para utilização. Concluída a fase investigatória em conformidade com a legislação aplicável, os autos foram remetidos à autoridade judiciária competente para a observância do devido processo legal. O feito aportou no Ministério Público da Unidade de Minas Gerais. Sabe-se que o representante do *Parquet* ofereceu denúncia em face de ZZZ, imputando-lhe a prática da tentativa de perturbação do trabalho ou sossego alheios, conduta prevista no Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, é correto afirmar que a tentativa da perturbação do trabalho ou do sossego alheios:

- Não é punível, é o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais. – OPÇÃO CORRETA
- Não é punível, salvo se a conduta configurar também crime previsto no Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, hipótese em que poderá haver responsabilização penal de ZZZ.
- Será punível apenas se o agente tiver antecedentes criminais ou reincidência em contravenções da mesma natureza, é o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais.
- É punível conforme prevê a norma de extensão descrita no Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro – inciso II e parágrafo único, do art. 14, pois se trata de ato inequívoco voltado à prática da contravenção penal.

Questão 18

Considere o caso em que Y é mulher e foi vítima de violência doméstica por parte de seu marido W, tendo ela buscado ajuda na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam). Durante o registro da ocorrência policial, a autoridade policial competente colheu as declarações da vítima e tomou providências no sentido de remeter expediente apartado ao juiz para a concessão de medidas protetivas de urgência, as quais foram levadas a efeito pelo magistrado. No que se refere às possíveis consequências judiciais como resultado da violência doméstica cometida por W, e sempre com base na legislação, doutrina e jurisprudência prevalentes, assinale a afirmativa correta.

- Para a aplicação, *in totum*, do Sistema de Proteção previsto na Lei nº 11.340/2006, compreende-se necessária a prova específica de subjugação feminina, visando a uma precisa demonstração da hipossuficiência alegada.
- **No caso hipotético, eventual reconciliação do casal não seria fundamento o bastante para impedir a fixação do valor mínimo legalmente previsto para a reparação dos danos sofridos pela ofendida Y, resultados do crime cometido por W. – OPÇÃO CORRETA**
- No processo penal, a decisão judicial que fixa alimentos provisórios em razão da prática de violência doméstica contra a mulher não constitui, como reflexo imediato, título executivo hábil para a cobrança e decretação de prisão civil, em caso de inadimplemento.
- O fato de o casal se constituir em coproprietários da residência onde moram não impede o cabimento da medida protetiva de afastamento do lar em desfavor de W, sendo garantido ao agressor apenas o direito ao arbitramento de aluguel, proporcional à fração ideal do imóvel.

Questão 19

À luz da legislação, doutrina e jurisprudência sedimentadas sobre a Lei Federal nº 10.826/2003, analise os casos práticos a seguir.

- I. Membro de facção criminosa, conhecido como “assassino de policiais”, foi preso durante operação policial conjunta, sendo apreendida consigo uma pistola de uso permitido com a numeração de identificação “raspada”. Não viola o princípio da taxatividade penal o seu enquadramento no art. 16, §1º, IV da Lei Federal nº 10.826/2003 – porte ilegal de arma de fogo de uso restrito com numeração raspada, suprimida ou adulterada.
- II. Durante abordagem a veículo de carga em rodovia estadual, a Polícia Rodoviária Estadual localizou uma arma de fogo de uso permitido na cabine do caminhão, ao lado da poltrona do condutor do veículo, que viajava desacompanhado. Percebendo que o motorista não possuía autorização legal ou regulamentar relativa ao armamento, o delegado de polícia competente agiu corretamente ao ratificar a prisão em flagrante do caminhoneiro como incurso nas penas do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, e não de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- III. Cidadão foi preso em flagrante delito por disparar arma de fogo em direção da via pública, estando ele no quintal de sua residência. No decorrer da ação penal, o armamento apreendido foi submetido à perícia, cujo laudo atestou várias falhas de deflagração das munições, registrando apenas um disparo eficiente. No caso hipotético, em razão da ineficácia relativa do meio e do axioma da “dúvida razoável”, o resultado é a atipicidade da conduta.
- IV. Durante cumprimento legal de mandado judicial de busca e apreensão na residência de réu, reincidente em crimes do Estatuto do Desarmamento, foram encontradas três munições de uso permitido em uma das gavetas da escrivaninha, no seu quarto. Apesar do delito de posse irregular de munição ser considerado crime de perigo abstrato, dispensando a demonstração de dano ao bem jurídico tutelado, a Corte Máxima admite o princípio da insignificância para o caso hipotético, pois foi suficiente para a constatação do “crime de bagatela” a posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de arma de fogo apta para o disparo.
- V. Em operação da Corregedoria de Polícia Civil, houve a apreensão de arma de fogo de uso restrito junto a agente policial investigado, que a portava. A arma foi recolhida, uma vez que, apesar de o policial ter apresentado o registro cautelar do armamento, e em seu nome, o mesmo estava vencido. O policial não recebeu voz de prisão, pois sua conduta é atípica, tratando-se o evento hipotético de irregularidade administrativa, passível de apreensão do artefato e de aplicação de multa ao policial.

Está correto o que se afirma apenas em

- **I e II. – OPÇÃO CORRETA**
- III e V.
- IV e V.
- I, II e IV.

Questão 20

Filho de pessoa idosa com 75 anos de idade (mãe), possuindo o cartão magnético bancário de sua mãe, suas senhas e acessos necessários, tem se apoderado indevidamente dos seus rendimentos de pensão, usando-os para outros fins que não a subsistência de sua mãe. Infelizmente, essa é uma prática cada vez mais comum na sociedade, mas, desta vez, e informalmente, o fato chegou ao conhecimento do *Parquet* competente. Considerando o caso hipotético como sustentação, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, o Ministério Público poderá iniciar a ação penal sem a formalização da *notitia criminis* e conduzi-la sem a obrigação de provocação da vítima ou representante, com a ressalva da denominada “imunidade relativa” nos casos de delitos contra o patrimônio praticados por descendentes, a exemplo do caso prático.
- II. A conduta narrada se enquadra em crime contra a mãe idosa, permitindo, também, a cumulação de medida de proteção em seu favor, a requerimento do Ministério Público, em razão da conduta delitiva do filho de violação dos direitos patrimoniais da mãe.
- III. Para além do caso que se apresenta, em infrações penais de menor potencial ofensivo previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, cujas penas máximas cominadas não sejam superiores a dois anos, o *Parquet* poderá propor a aplicação de conciliação penal ou a suspensão condicional do processo.
- IV. Ciente da aplicabilidade do Código Penal Brasileiro (CPB) à Lei nº 10.741/2003, considere que a senhora idosa tivesse sido enganada por estagiário bancário, que, em posse de seu cartão magnético e senha, transferiu dois mil reais para sua conta bancária pessoal, e sem autorização. Nesse caso, o estagiário estaria incurso nas sanções do crime de Apropriação Indébita do Código Penal Brasileiro (CPB), com obrigatório aumento de pena de um terço.

À luz da Lei Federal nº 10.741/2003 e das legislações às quais o Estatuto da Pessoa Idosa se aplica, está correto o que se afirma apenas em

- II. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e IV.
- II e IV.
- I, II e III.

LÍNGUA PORTUGUESA

IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- **O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA**
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] quando compreendida com responsabilidade [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- **Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” (1º§). – OPÇÃO CORRETA**

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.” (3º§)
- **“Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]” (2º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]” (2º§)
- “Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]” (3º§)

Questão 25

Em “Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “que” for substituído por “cujo”.
- O termo “Afinal” for substituído por “Todavia”.
- **A expressão “prejuízo real” for substituída por “real prejuízo”. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em “*Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.*” (2º§):

- I. Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- II. A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- III. É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento “*O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.*” (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em “*No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.*” (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a “[...] *Dworkin com seu juiz Hércules.*” (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Janaína é psicóloga jurídica e começou a atuar como perita em casos judiciais. O primeiro caso em que atuou foi o de Marcos – 25 anos, em virtude da alegação de insanidade mental – o qual foi convocada a depor em juízo. Por ser sua primeira convocação, ficou bastante apreensiva sobre os limites do que poderia ou não relatar. O advogado de defesa de Marcos pediu para que Janaína revelasse todas as informações obtidas nas sessões de atendimento, inclusive as sigilosas, argumentando que elas seriam imprescindíveis para comprovar que Marcos, ao cometer o homicídio de sua esposa, não tinha discernimento sobre o que fazia, em decorrência de ser usuário de drogas. Com base no Código de Ética do Psicólogo, considerando o que Janaína irá falar durante o depoimento, é correto afirmar que:

- Ela jamais poderá quebrar o sigilo profissional.
- Ela deve manter o sigilo e esclarecer os limites éticos de sua profissão. – **OPÇÃO CORRETA**
- O sigilo pode ser quebrado quando solicitado previamente por qualquer das partes.
- Ela deve acatar o que foi solicitado pelo advogado de Marcos, considerando ter sido convocada judicialmente, e quebrar o sigilo profissional.

Questão 02

Carlos Alberto, psicólogo, atua em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e está acompanhando uma paciente, Ana Carolina, que relatou recentemente ter sido agredida verbalmente e ameaçada por seus vizinhos, em função do diagnóstico de transtorno de esquizofrenia e pelo fato de ter saído de uma internação de longa duração. Segundo Ana Carolina, os vizinhos acreditam que ela deveria permanecer internada por representar um risco para as pessoas. Com base nas disposições sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Carlos Alberto deverá incentivar Ana Carolina a se afastar do convívio comunitário, para que as agressões verbais não sejam gatilhos para crises psicológicas.
- II. Carlos Alberto deverá informar para Ana Carolina sobre o fato de que esses discursos preconceituosos acontecerão, mas, por se tratar de pessoas externas ao CAPS, não são assuntos de competência da equipe de saúde mental.
- III. Após desospitalização, a equipe que está acompanhando Ana Carolina deverá assegurar a ela a reabilitação psicossocial assistida, visando à sua reintegração social à vida em comunidade.
- IV. É direito de Ana Carolina receber por parte dos profissionais de saúde que a acompanham o maior número de informações possíveis quanto ao transtorno diagnosticado, bem como de seu tratamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e II.
- **III e IV. – OPÇÃO CORRETA**
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Questão 03

João Carlos é paciente com transtorno mental e ficou internado, involuntariamente, em um hospital geral em um momento de crise psiquiátrica. Considerando o que é preconizado sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, analise as afirmativas a seguir.

- I. João Carlos deverá receber, durante a internação, atendimento médico, psicológico, de assistência social, dentre outros que se fizerem necessário.
- II. A decisão sobre a alta é exclusiva do médico, não envolvendo a participação dos demais membros da equipe multiprofissional e nem por solicitação da família ou responsável por João Carlos.
- III. A alta só pode ser decidida judicialmente, independentemente da evolução clínica de João Carlos.
- IV. A família pode manter João Carlos internado mesmo sem recomendação clínica ou determinação judicial.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.
- III e IV, apenas.

Questão 04

Carla é psicóloga clínica e utiliza as redes sociais para falar sobre temas da psicologia. Em função de uma postagem que viralizou, ela aumentou exponencialmente seu número de seguidores e algumas pessoas sugeriram que ela também começasse a usar seu perfil para divulgar seus serviços como psicóloga clínica. Considerando o Código de Ética do Psicólogo, caso Carla decida usar seu perfil para divulgação dos seus serviços profissionais, ela deverá se atentar para:

- Garantir resultados a partir das sessões realizadas.
- **Apresentar informações claras sobre a sua qualificação profissional e em quais áreas atua. – OPÇÃO CORRETA**
- Oferecer, inicialmente, sessões experimentais gratuitas ou a preços mais baixos que os comumente praticados para atrair possíveis clientes.
- Aproveitar a oportunidade de se autopromover e demonstrar sua competência quando comparada a outros profissionais de diferentes abordagens psicológicas.

Questão 05

João foi condenado a vinte anos de prisão, em regime fechado, por homicídio duplamente qualificado. Após um ano de cumprimento da pena, ele tem apresentado sinais de sofrimento psíquico. Considerando o que é preconizado pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), assinale a afirmativa correta.

- João deverá ser imediatamente transferido para uma unidade psiquiátrica, independentemente da avaliação do PAI-PJ.
- João não poderá receber qualquer acompanhamento pelo PAI-PJ, porque está submetido à pena privativa de liberdade.
- Deve-se ignorar os sintomas psíquicos apresentados por João, pois o sistema penal exige que todos os presos cumpram pena antes de qualquer tratamento.
- **A equipe do PAI-PJ poderá receber o caso de João, tanto por determinação do juiz quanto por demanda espontânea, para proceder a avaliação psicossocial e jurídica, e identificar se é recomendada ou não a inserção dele no Programa. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Mirna, 13 anos, autora de ato infracional, com determinação de ser matriculada e manter frequência obrigatória no nível fundamental II, está sendo acompanhada pelo psicólogo escolar e apresenta sintomas compatíveis com possível transtorno de bipolaridade. Considerando o que é preconizado pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PAI-PJ não poderá ser acionado, uma vez que o Programa está estruturado apenas para adultos em sofrimento mental.
- II. O acompanhamento de Mirna, caso seja inserida no PAI-PJ, deverá ser através de metodologia adaptada à condição de pessoa em desenvolvimento.
- III. Deverá ser realizada a necessária articulação de rede de proteção, que será a mesma para qualquer adolescente que venha a integrar o Programa.
- IV. A partir das avaliações e acompanhamentos feitos pelo PAI-PJ, no caso de Mirna, podem ser sugeridas ao juizado medidas protetivas mais apropriadas ao caso.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- II e III, apenas.
- **II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- I, III e IV, apenas.

Questão 07

Luiz, diagnosticado com transtorno mental grave, foi absolvido por inimizabilidade em processo criminal e submetido à medida de segurança de internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Após dois anos, a equipe multiprofissional da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) emitiu parecer técnico recomendando a progressão para tratamento ambulatorial, destacando sua estabilidade clínica e adesão ao projeto terapêutico. O Ministério Público se opõe à progressão, argumentando riscos de reincidência. Com base nos princípios orientadores do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) e na Política de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), é correto afirmar que:

- Deve-se manter a internação indefinidamente, pois a medida de segurança é imprescindível para garantir a ordem pública.
- A medida de segurança deve ser convertida em prisão domiciliar, mantendo-se a restrição de liberdade sem avaliação técnica.
- **A autoridade judicial deve fundamentar a decisão no parecer técnico da RAPS, com progressão para tratamento ambulatorial e monitoramento pela equipe multidisciplinar. – OPÇÃO CORRETA**
- A decisão judicial deve priorizar apenas o parecer do Ministério Público, por representar o interesse social ao promover tratamento e monitoramento por equipe multidisciplinar.

Questão 08

Pedro, pessoa com diagnóstico de esquizofrenia, foi submetido à medida de segurança de internação em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) após ser considerado inimputável. Após oito meses de internação, a equipe multidisciplinar da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) elaborou um parecer técnico concluindo que seu estado de saúde está estável e que não há mais necessidade de tratamento em regime de internação, recomendando o tratamento ambulatorial. O defensor público requer imediatamente ao Juízo da Execução Penal a extinção da medida de segurança. De acordo com o disposto na Resolução CNJ nº 487/2023, a conduta judicial correta é:

- Negar o requerimento, pois a medida de segurança tem prazo mínimo de um ano de internação, sendo prematura qualquer alteração antes desse período, conforme o art. 97 do Código Penal.
- Determinar a transferência de João para uma enfermagem psiquiátrica em presídio comum, como medida intermediária de segurança, até que se avalie definitivamente a possibilidade de progressão para o tratamento ambulatorial.
- Determinar a manutenção da internação no HCTP, uma vez que a equipe prisional relatou que João ainda apresenta comportamentos disruptivos esporádicos, devendo a decisão judicial priorizar a segurança do estabelecimento.
- **Converter imediatamente a medida de internação em tratamento ambulatorial, determinando o egresso de João e seu encaminhamento para acompanhamento pela RAPS, nos termos do parecer técnico, nos moldes do art. 13, §2º da Resolução. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 09

O juiz de execução penal de determinado Tribunal de Justiça recebe o caso de uma pessoa em medida de segurança há três anos em Hospital de Custódia Psiquiátrica (HCTP). O relatório da equipe técnica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do tribunal identifica que o paciente está estável clinicamente, mas não há vagas em serviços residenciais terapêuticos da rede comunitária. O magistrado quer garantir o direito à desinstitucionalização, mas enfrenta resistência dos serviços municipais de saúde. Considerando o PAI-PJ como dispositivo conector entre o Judiciário e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a atitude mais adequada do programa é:

- Manter o paciente no HCTP até que o município espontaneamente ofereça o serviço adequado.
- Encaminhar o caso para a defensoria pública, para que entre com ação civil pública contra o município.
- Determinar judicialmente que o município cumpra imediatamente a vaga sob pena de multa sem mediação prévia.
- **Ativar sua função conectiva, articulando reuniões entre a equipe técnica judiciária, gestores da saúde municipal e representantes da RAPS para construir solução integrada. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Tiago, pessoa com diagnóstico de transtorno mental, foi absolvido por inimputabilidade em um processo criminal e submetido à medida de segurança. A defesa argumenta que ele deve ter sua medida revisada com base em uma avaliação psicossocial que demonstre sua reinserção social, enquanto o Ministério Público insiste na manutenção da internação com base em laudo psiquiátrico que atesta sua “periculosidade”. Esse caso ilustra o tensionamento entre paradigmas no direito e na saúde mental, envolvendo discussões sobre periculosidade e presunção de sociabilidade. Com base no exposto, assinale o fundamento correto para a tese da defesa explicitada no caso.

- A internação é a única medida terapêutica eficaz, conforme previsto no Código Penal, sendo irrelevante a avaliação do contexto psicossocial do indivíduo, uma vez que o foco é o tratamento da doença mental que o tornou perigoso.
- A manutenção da internação é justificável, pois a periculosidade é um conceito científico e objetivo, devidamente caracterizado pelo laudo psiquiátrico, que deve prevalecer sobre qualquer outra avaliação para garantir a segurança da sociedade.
- A decisão deve ser baseada exclusivamente no parecer de um psiquiatra forense, pois a perícia médica é o instrumento técnico mais confiável para avaliar o risco de reincidência criminal, independentemente do tempo de internação ou do contexto social do indivíduo.
- **O conceito de periculosidade, herdado do século XIX, é um constructo jurídico sem base científica sólida que sustenta práticas estigmatizantes e de segregação, devendo ser substituído por uma presunção de sociabilidade que priorize a avaliação psicossocial e a reinserção na comunidade. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 11

Mateus, egresso do sistema prisional, se inscreveu em um concurso público para o cargo de vigilante municipal. No edital constava a cláusula de que seriam eliminados os candidatos que tivessem “antecedentes criminais incompatíveis com a função”, citando genericamente crimes contra o patrimônio. Mateus foi aprovado nas provas e etapas, mas teve sua inscrição anulada pela administração pública com base exclusiva no seu histórico criminal, sem qualquer análise individualizada de sua situação atual. Com base nas discussões contemporâneas sobre a execução penal e os direitos do egresso, é correto afirmar que a conduta da administração pública ilustrada no caso hipotético é:

- Legal e legítima, pois a função de vigilante exige confiança absoluta, e a lei permite restrições baseadas em antecedentes, caracterizando uma presunção de periculosidade absoluta justificável pela natureza do cargo.
- Problemática, porque aplica uma presunção de sociabilidade ao egresso, presumindo que ele está automaticamente recuperado, o que desconsidera a potencialidade de reincidência e coloca em risco a segurança pública.
- Correta, porque se fundamenta no princípio da presunção de inocência, que protege o cidadão até o trânsito em julgado da sentença, mas que, uma vez condenado, permite que seus antecedentes sejam usados indiscriminadamente para restrições de direitos.
- **Illegítima, e viola os princípios da individualização e da não-culpabilidade, pois se baseia em uma presunção de periculosidade relativa, que, embora admita contestação, foi aplicada de forma automática e generalizante sem avaliar a personalidade atual do candidato. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 12

Joaquim, 32 anos, foi diagnosticado com esquizofrenia. Está cumprindo medida de segurança em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) desde 2019 e, em 2024, foi solicitada a revisão do processo. Considerando a reforma psiquiátrica e a política de saúde mental no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- I. Joaquim poderá ser mantido no HCTP por tempo indeterminado, sem necessidade de revisão, caso o parecer do médico psiquiatra responsável assim determine.
- II. Joaquim, enquanto estiver internado no HCTP, deve ter um Projeto Terapêutico Singular (PTS) elaborado, articulado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- III. O Projeto Terapêutico Singular (PTS) de Joaquim tem como foco a alta planejada e a reabilitação psicossocial assistida em meio aberto, e devem ser apresentadas em seu processo ou em audiência judicial, contando com a participação de todas as partes envolvidas no PTS.
- IV. A solicitação de revisão da medida e a desospitalização de Joaquim estão corretas, uma vez que a internação deve ser medida de exceção, utilizada apenas quando os recursos comunitários se mostrarem insuficientes.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- III, apenas.
- II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 13

A, sexo masculino, 17 anos, apreendido por envolvimento em ato infracional, foi encaminhado ao sistema socioeducativo. Durante avaliação, a equipe técnica verificou que ele está em sofrimento psíquico. Além disso, também foi identificada a fragilidade dos vínculos familiares de A, que sequer concluiu o ensino fundamental, entre outras questões observadas no processo de avaliação. Considerando a política de articulação de rede e o contexto da política de saúde mental no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. O adolescente poderá ser inserido no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), que deverá atuar como conector entre o sistema jurídico e as redes de proteção e as políticas intersetoriais.
- II. A articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é necessária, em especial devido ao quadro de sofrimento psíquico.
- III. É preciso realizar articulações com a rede de proteção socioassistencial, dada a fragilidade dos vínculos familiares.
- IV. Em função do quadro de sofrimento psíquico, a internação psiquiátrica deve ser obrigatória.

Está correto o que se afirma apenas em

- III.
- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Questão 14

Em determinado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a equipe multiprofissional discute o acompanhamento de um usuário cujos relatos são fragmentados e repletos de detalhes de sua história de vida. Há divergências sobre como conduzir o caso: alguns defendem a aplicação de um protocolo padronizado de anamnese; outros propõem uma escuta mais aberta às produções singulares do sujeito. Um profissional lembra sobre a construção do caso clínico na interface entre psicanálise e saúde mental. Considerando o exposto, bem como a contribuição da psicanálise para a construção do caso clínico no contexto da saúde mental, assinale a afirmativa correta.

- A formulação do caso clínico deve focar exclusivamente na eliminação dos sintomas por meio de intervenções medicamentosas e comportamentais, restabelecendo o estado anterior à crise.
- A construção do caso clínico deve seguir rigorosamente os manuais diagnósticos (CID/DSM), priorizando a categorização dos fenômenos observáveis para garantir a objetividade e a padronização do tratamento.
- A elaboração do caso clínico é resultado de uma anamnese detalhada que compila acontecimentos e procedimentos em uma sequência preestabelecida, resultando em uma súmula psicopatológica padronizada.
- A construção do caso clínico é um arranjo dos elementos do discurso do sujeito que visa extrair da história relatada a direção do caso, articulando o sujeito do inconsciente com seu sintoma e priorizando sua responsabilização. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 15

Em certo Serviço Residencial Terapêutico (SRT), uma equipe multiprofissional debate a melhor forma de conduzir o cuidado de um usuário com histórico de longas internações psiquiátricas e diagnósticos complexos. Enquanto alguns defendem a aplicação estrita de protocolos baseados em classificações diagnósticas (como o DSM), outros argumentam que é necessário um método que priorize a escuta singular do sujeito e sua inserção na rede de cuidados. A respeito da importância da construção do caso clínico, a psicanálise é uma contribuinte de excelência para a prática em saúde mental. Assinale a alternativa que descreve tal contribuição de forma correta.

- A principal contribuição da psicanálise é a medicalização precisa do sofrimento psíquico, garantindo que a equipe priorize a estabilização farmacológica como condição para qualquer intervenção psicossocial.
- A psicanálise deve ser aplicada de forma isolada, restringindo-se ao *setting* analítico tradicional, pois sua eficácia depende da neutralidade e da abstinência do analista, incompatíveis com o trabalho interdisciplinar.
- A psicanálise propõe a substituição completa dos diagnósticos psiquiátricos por categorias psicanalíticas clássicas (como neurose e psicose), desconsiderando a necessidade de integração com saberes médicos e sociais.
- A “construção do caso clínico” é um método que permite à equipe interdisciplinar escutar o sujeito para além do diagnóstico, articulando história, discurso e singularidade para orientar o cuidado, sem impor um saber prévio sobre o caso. – OPÇÃO CORRETA

Questão 16

Lívia, 29 anos, moradora de rua, faz uso de álcool e *crack*, foi abordada por Beatriz, psicóloga que compõe a equipe do Consultório na Rua. Nos atendimentos, Beatriz tem trabalhado com Lívia sobre a possibilidade de ela ser encaminhada para o CAPS AD, entre outros serviços e programas possíveis, uma vez que Lívia diz não conseguir abandonar o uso do *crack* e das bebidas alcoólicas. Considerando o caso hipotético e a política de redução de danos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Rede de Atenção Psicossocial deve atuar para a redução de danos provocados por consumo de *crack*, álcool e outras drogas.
- II. A política de redução de danos carece de regulamentação no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo questionada pela população e por familiares de usuários de *crack*, álcool e outras drogas, que entendem ser a melhor alternativa a internação compulsória para o tratamento efetivo.
- III. As ações voltadas para a redução de danos sociais e a saúde visam reduzir os riscos associados, tais como transmissão de HIV, hepatites e outras doenças, sem necessariamente intervir na oferta ou no consumo.
- IV. As estratégias de redução de danos focam exclusivamente nas ações informativas, de educação e aconselhamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- III.
- I e III. – OPÇÃO CORRETA
- I e IV.
- II e III.

Questão 17

O III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III), realizado em 2023 pela Universidade Federal de São Paulo, estimou que cerca de 9,3 milhões de brasileiros com 14 anos ou mais fizeram uso de cocaína, ao menos, uma vez na vida. Ressaltam que houve, entre 2012 e 2023, um aumento significativo, passando de 3,88% da população em 2012 para 5,38% em 2023. Das pessoas entrevistadas, 74,8% dos usuários atendem aos critérios clínicos de Transtorno Aditivo. Além disso, também identificou que existe uma percepção elevada da relação entre tráfico e desordem urbana, o que traz implicações para as políticas públicas de segurança e saúde. (UNIFESP, 2025) Considerando os dados indicados sobre o aumento na prevalência de dependência, o que indica, segundo o LENAD III, uma maior gravidade nos casos atuais, e sobre a Política Nacional sobre Drogas, assinale a afirmativa correta.

- A única ênfase no Plano Nacional de Políticas sobre Drogas é o combate ao tráfico de drogas, no âmbito da segurança pública.
- A única finalidade do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas é a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.
- Preconiza-se que deve ser promovido aos usuários ou dependentes de drogas o acesso a todos os serviços públicos, ampliando as alternativas possíveis de inserção social e econômica, entre outras ações. – OPÇÃO CORRETA
- A prevenção do uso de drogas, a atenção e a reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas requer ações interdisciplinares, bem como a integração de programas e projetos exclusivos das entidades públicas nas áreas de saúde, educação, previdência, entre outras.

Questão 18

Considerando o aumento do uso e a dependência de cocaína, conforme dados do III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III), um município decidiu implantar um programa intersetorial voltado para a redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de drogas. Com base na política de redução de danos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O programa para redução de danos deverá ser desenvolvido em todo espaço de interesse público em que ocorre ou possa ocorrer o consumo de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, ou para onde se reportem os seus usuários.
- II. Dentre as estratégias de redução de danos devem ser incluídas as iniciativas relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, devendo ser articuladas intersetorialmente, potencializando os efeitos da promoção à saúde.
- III. As ações de redução de danos não são aplicadas no âmbito penitenciário ou de qualquer instituição que mantenha pessoas que foram submetidas à privação de liberdade.
- IV. O tratamento para a dependência deve ser obrigatório.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e II, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e IV, apenas.
- I, II e III, apenas.

Questão 19

Antônio, 35 anos, inicia uma sessão de psicanálise se queixando de “sentir um vazio constante” e de repetir padrões em seus relacionamentos que o levam ao sofrimento. Durante as sessões, ele frequentemente se surpreende ao dizer palavras que não eram as que pretendia usar ou conta sonhos fragmentados com imagens desconexas. O analista, ao ouvi-lo, não se atém apenas ao conteúdo manifesto das queixas, mas se interessa especialmente pelos deslizamentos de linguagem, pelas repetições de palavras e pelas rupturas em sua narrativa. Considerando o *setting* psicanalítico descrito, a concepção de linguagem que orienta a escuta do analista é baseada na premissa de que:

- A função primordial da linguagem é a comunicação adaptativa, e seus desvios devem ser corrigidos para restaurar a funcionalidade do paciente.
- A linguagem é um sistema de signos transparente e estável, no qual cada palavra corresponde precisamente a um significado consciente e intencional.
- A linguagem é o *medium* do inconsciente, estruturado como uma rede de significantes no qual o sujeito se constitui, e seus lapsos e repetições revelam uma verdade inconsciente. – **OPÇÃO CORRETA**
- A linguagem expressa diretamente as emoções e pensamentos do ego, e sua análise deve focar no conteúdo latente para promover *insights* inconscientes e cognitivo-comportamentais.

Questão 20

Ana, 42 anos, chega ao consultório psicanalítico com queixas de ansiedade generalizada e uma sensação de “vazio existencial” que persiste há anos. Ela relata que já passou por diferentes tratamentos e leituras de autoajuda, sem encontrar alívio duradouro. Durante as sessões, o analista observa que Ana repete certos padrões de fracasso em suas relações profissionais e afetivas, mas também nota que ela desenvolveu, ao longo da vida, uma prática singular de escrever poemas obscuros que, segundo ela, “a mantêm viva”. O analista, orientado pela clínica psicanalítica contemporânea, não busca eliminar o sintoma, mas interrogar sua função e conexão com a singularidade do sujeito. Considerando o quadro hipotético apresentado e a orientação da clínica psicanalítica dos nós e da invenção sintomática, a intervenção do analista deverá priorizar:

- A interpretação do sintoma como representante de um conflito intrapsíquico inconsciente específico, decifrando seu significado simbólico universal.
- O encaminhamento para avaliação psiquiátrica para possível medicamento, visto que a persistência do sintoma sugere base neuroquímica predominante.
- O banimento progressivo do sintoma (ansiedade e vazio) por meio de técnicas de dessensibilização e reestruturação cognitiva, visando à adaptação social.
- A investigação da função do sintoma e sua articulação com a invenção singular do sujeito (os poemas), visando à transformação do sofrimento em uma solução criativa própria. – **OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA

IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- **O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA**
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] *quando compreendida com responsabilidade* [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] *não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.*” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] *precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.*” (1º§). – OPÇÃO CORRETA

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “*Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.*” (3º§)
- “*Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]*” (2º§) – OPÇÃO CORRETA
- “*Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]*” (2º§)
- “*Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]*” (3º§)

Questão 25

Em “*Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]*” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “*que*” for substituído por “*cujo*”.
- O termo “*Afinal*” for substituído por “*Atualmente*”.
- A expressão “*prejuízo real*” for substituída por “*real prejuízo*”. – OPÇÃO CORRETA

Questão 26

Em “*Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.*” (2º§):

- Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento “*O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.*” (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em “*No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.*” (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- **É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA**
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a “[...] *Dworkin com seu juiz Hércules.*” (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- **Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA**
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- **O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA**

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01



(CFESS Manifesta. São Paulo, 2009.)

Há 30 anos ocorria um marco histórico fundamental na trajetória do serviço social brasileiro. Trata-se da construção do projeto ético-político profissional, síntese e continuidade do processo da “virada”. Em um período de intensa efervescência política no Brasil, com o país ainda sob a ditadura militar e uma crescente luta pela abertura democrática e por direitos, acontece um momento de marco da elaboração de propostas que se contrapõem ao conservadorismo, que se refere à(ao):

- Constituição da primeira lei que regulamentou o serviço social no Brasil – Lei nº 3.252/1957.
- **III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”. – OPÇÃO CORRETA**
- I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1947, em Belo Horizonte, a partir da elaboração do primeiro Curso de Serviço Social da PUC-SP.
- VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na Universidade de Brasília – UnB, com o tema central do encontro intitulado “O serviço social e a questão social: direitos e cidadania”.

Questão 02

A Abepss acaba de disponibilizar um documento orientativo voltado para a construção de uma formação anticapacitista no serviço social, fruto de demandas surgidas no cotidiano universitário e elaborado por pesquisadores e pessoas com deficiência. O material aborda o capacitismo em sua relação com a exploração e opressão na sociedade capitalista, destacando a importância de políticas públicas, da superação de modelos caritativos e biomédicos, e da adoção do modelo social da deficiência.

(Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Agosto de 2025.)

Na gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foram recebidas, de forma mais sistemática, demandas por orientação sobre a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs). A ABEPSS traz a público o seguinte documento:

- Perfil de assistentes sociais com deficiência.
- Luta anticapacitista em pauta no Conselho Federal.
- **Subsídios para a formação anticapacitista em serviço social. – OPÇÃO CORRETA**
- Luta anticapacitista: parâmetros de novas orientações técnicas.

Questão 03

Neste 13 de maio, data de assinatura da Lei Áurea em 1888, que maquiou a história brasileira sobre o fim da escravidão, o Conjunto CFESS-CRESS, por meio dos seus Comitês Antirracistas, publica uma Carta Aberta sobre o compromisso da categoria de assistentes sociais no combate ao racismo. Reafirmamos nosso compromisso com os povos originários e suas 305 etnias sobreviventes ao etnocídio permanente, implementado pelo Estado brasileiro – mesmo reconhecendo o quanto ainda desconhecemos a ciência, tecnologias e o modo de vida dos povos originários.

(CFESS. Conjunto CFESS-CRESS divulgam carta aberta. Data de publicação: 13 de maio de 2024.)

O grupo formalizado de assistentes sociais e/ou profissionais da área de serviço social que se dedica a combater o racismo dentro da profissão e na sociedade, em geral, é:

- Movimento Educação Antirracista.
- Seccional de Educação Antirracista.
- Conselho Regional de Serviço Social-Antirracista.
- **Comitê Antirracista no Âmbito do Conselho Federal de Serviço Social. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

O projeto ético e político do serviço social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva. Esse processo apreendeu também as lutas do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino). Esses espaços e entidades são entendidos como:

- **Instâncias político-organizativas da profissão. – OPÇÃO CORRETA**
- Instâncias de produção do conhecimento científico.
- Entidades profissionais e organizativas do serviço social.
- Matrizes teórico-metodológicas e organizativas da profissão.

Questão 05

Durante a implementação da reforma psiquiátrica no Brasil, observou-se a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outros serviços substitutivos, acompanhada da redução progressiva de leitos em hospitais psiquiátricos. Entretanto, pesquisadores e profissionais apontam contradições nesse processo. Com base na análise crítica sobre a reforma psiquiátrica brasileira e seus desafios de consolidação, assinale a alternativa que expressa corretamente essa compreensão.

- A criação dos CAPS e a redução das internações psiquiátricas foram fruto direto da crítica social e da participação popular organizada nos Conselhos e Conferências de Saúde.
- A política de saúde mental se estruturou essencialmente pela pressão dos movimentos sociais, assegurando que a lógica territorial fosse integralmente efetivada na rede de atenção.
- O processo de desospitalização consolidou a lógica comunitária e territorial da atenção psicossocial, garantida pela mobilização popular e pelo protagonismo dos Conselhos de Saúde.
- **A reforma psiquiátrica foi impulsionada sobretudo por novos modelos de financiamento federal, que incentivaram a desospitalização e a implantação de CAPS, mesmo em cenários de gestão centralizada e baixa efetividade da participação social. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Em determinado município, o Conselho Municipal de Saúde registrou baixa participação de usuários e familiares nas reuniões sobre saúde mental. Apesar de o espaço ser garantido legalmente, os representantes relataram que a pauta era muitas vezes dominada por gestores e técnicos, o que resultava em decisões pouco conectadas às demandas concretas dos serviços e territórios. Considerando a análise crítica, expressa uma compreensão adequada sobre o papel da participação social no processo de consolidação da reforma psiquiátrica:

- A efetividade da participação social está assegurada apenas pela previsão legal dos Conselhos de Saúde, não sendo necessário o envolvimento ativo dos usuários e familiares.
- **A participação social, mesmo com limites institucionais, constitui ferramenta estratégica para disputar sentidos na política de saúde mental, fortalecendo práticas democráticas e inclusivas. – OPÇÃO CORRETA**
- O principal objetivo da participação social é validar as diretrizes do Ministério da Saúde, considerando o espaço para questionamentos ou tensionamentos por parte da sociedade civil.
- A atuação nos Conselhos e Conferências de saúde deve ser restrita aos profissionais de saúde e gestores, já que são os atores com maior conhecimento técnico para deliberar sobre políticas públicas.

Questão 07

A análise da vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua evidencia tensões entre os marcos normativos de proteção, as práticas institucionais; e os discursos que circulam na sociedade. Essas tensões repercutem diretamente na efetivação da dignidade humana e dos direitos da personalidade. Considerando essa discussão e, ainda, os desafios atuais da política pública voltada à população em situação de rua no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A coexistência de um marco normativo de direitos com práticas de estigmatização e criminalização indica contradições estruturais que limitam a materialização da dignidade da pessoa humana. – **OPÇÃO CORRETA**
- A efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua tem garantido, de forma homogênea e universal, acesso integral a direitos sociais e superação das vulnerabilidades históricas.
- A consolidação dos direitos dessa população ocorre de maneira automática a partir da existência de dispositivos legais, não havendo influência das relações de poder, da cultura institucional e dos discursos sociais.
- O enfrentamento da vulnerabilidade social da população em situação de rua depende exclusivamente da ampliação de abrigos emergenciais, sem necessidade de articulação intersetorial com saúde, assistência e direitos humanos.

Questão 08

Um município brasileiro, diante do aumento da população em situação de rua, decide reformular suas políticas de saúde e assistência social. No debate entre gestores e profissionais, emergem diferentes concepções de vulnerabilidade: alguns a associam estritamente à ausência de renda, enquanto outros defendem uma compreensão mais ampla, incluindo fragilidades relacionais e desigualdades de acesso a bens e serviços públicos. Diante dessa controvérsia, a formulação da política precisa se apoiar em referenciais teóricos consistentes para não reduzir o conceito a uma visão simplista. Considerando o debate conceitual sobre vulnerabilidade social, sobre os sentidos de vulnerabilidade no campo das políticas públicas de saúde e assistência social, assinale a afirmativa correta.

- O uso do conceito de vulnerabilidade representa apenas uma estratégia retórica, sem implicações práticas na organização da seguridade social e na efetivação de direitos de cidadania.
- A vulnerabilidade é reduzida à condição natural do ser humano, o que implica em considerar que todos os sujeitos estão igualmente expostos, independentemente de seus contextos sociais.
- O conceito de vulnerabilidade, ainda que impreciso, contribui para ampliar a análise dos determinantes sociais que afetam a cidadania, incorporando dimensões individuais, coletivas e institucionais. – **OPÇÃO CORRETA**
- A vulnerabilidade deve ser entendida exclusivamente como sinônimo de risco, já que ambos remetem à mesma lógica de exposição a danos, não havendo distinção relevante para a formulação de políticas públicas.

Questão 09

Durante reunião no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de médio porte, a equipe técnica recebeu o caso de uma família composta por uma mãe solo, dois filhos em idade escolar e um avô idoso dependente de cuidados. A família vive em situação de extrema pobreza, sem acesso a serviços de saúde regulares e em risco de perder a moradia em razão de despejo iminente. Diante da gravidade da situação, a equipe identificou múltiplas vulnerabilidades: pobreza; risco de violação de direitos das crianças; ausência de rede de apoio comunitária; e dependência de cuidados do idoso. Com base nos princípios e níveis de proteção social do Sistema Técnico de Assistência Social (SUAS), neste caso, a rede socioassistencial deverá:

- Garantir apenas a matrícula escolar das crianças e encaminhar a mãe ao SINE, local para busca de emprego, uma vez que a inclusão produtiva é a principal estratégia de superação da vulnerabilidade social.
- Encaminhar exclusivamente a família para benefícios eventuais, como auxílio-aluguel e cestas básicas, sem articulação com outros serviços ou políticas setoriais, visto que o SUAS atua prioritariamente por benefícios diretos.
- Realizar atendimento pontual por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), apenas para tratar a questão do despejo, pois o risco habitacional não exige acompanhamento contínuo no âmbito da proteção social.
- Inserir a família no Cadastro Único e articular o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o idoso, além de incluir o grupo no acompanhamento do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visando ao fortalecimento de vínculos e à proteção social básica. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), gestores e conselheiros debatem quais grupos e situações devem compor o público prioritário da Política de Assistência Social. Alguns defendem que a seleção deve se basear apenas na renda declarada, enquanto outros argumentam que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atua sobre múltiplas dimensões da vulnerabilidade e do risco social, indo além do critério econômico. À luz da legislação sobre os direitos sociais, melhor traduz o público e os problemas enfrentados que fundamentam a ação da proteção social no SUAS:

- Cidadãos em vulnerabilidade por motivos financeiros, com atendimento restrito a benefícios eventuais, sem previsão de serviços continuados ou de acompanhamento familiar sistemático.
- Apenas famílias com renda inferior a um quarto do salário mínimo *per capita*, independentemente de outras vulnerabilidades, priorizando exclusivamente benefícios financeiros de caráter temporário.
- Grupos com inserção precária no mercado formal de trabalho, sendo a assistência social responsável apenas por ações de qualificação profissional e intermediação de emprego, em articulação com o sistema SINE.
- **Famílias e indivíduos em situação de pobreza e vulnerabilidade, beneficiários de programas de transferência de renda como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosos e povos e comunidades tradicionais. – OPÇÃO CORRETA**

O caso hipotético contextualiza as questões 11 e 12. Leia-o atentamente.

MKL é assistente social de uma prefeitura municipal no interior de Minas Gerais e prestará uma prova para estagiar no Tribunal de Justiça do estado (TJMG). Mesmo já reconhecido em sua área na região onde morava, mudou-se para Belo Horizonte, a fim de ter novos desafios e dar continuidade em sua jornada de pós-graduação, ao finalizar o estágio. MKL, que estava recém-divorciado e não tinha filhos, solicitou duas licenças seguidas – a primeira, uma licença prêmio e depois, licença para tratar de interesses particulares. Sendo aprovado, MKL passou a compor a equipe de estágio de pós-graduação do TJMG, tendo como supervisora DRS, uma colega mais jovem, aprovada no último concurso público do órgão. Nos encontros de grupos de estudos, toda a equipe de estágio (graduação e pós-graduação) discute os casos com os respectivos supervisores; no entanto, nota-se certa animosidade de MKL com sua supervisora, principalmente quando ela propõe correções aos pareceres ou novas perspectivas de avaliação dos indicadores de um estudo social, por exemplo. DRS, incomodada com o comportamento do estagiário, busca diálogo com ele, que não a recebe bem. Então, sentindo-se ofendido e constrangido, ele aciona o Conselho Regional do Serviço Social (CRSS) para receber orientações. O CRESS-MG, propondo uma ação coletiva de sensibilização e conscientização, promoveu um encontro para exposição e debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social e a Política Nacional de Estágios da ABEPSS. Após o encontro, MKL escreveu uma nota para o CRESS que dizia que não havia sido contemplado e exigia que a supervisora fosse convocada para as advertências previstas nas legislações da profissão. Quando o CRESS, em oitiva da supervisora DRS, constatou que ela também havia feito encaminhamentos para os seus superiores sobre o comportamento de MKL, ficou claro que algumas situações não foram descritas exatamente como o estagiário alegou. Em documentos da supervisora, foram verificadas notas quanto ao acompanhamento dos atendimentos e entrega de atividades. A assistente social coordenadora-geral do programa de estágio do TJMG convocou o estagiário, que respondeu: “Tendo mais experiência que a supervisora, posso atender sozinho, de portas abertas e entregar meu relatório sem as sugestões de correção”. Com esse impasse, a supervisora preferiu realizar a troca de grupo de orientação e, também, solicitou retratação por parte do colega junto ao TJMG e ao Conselho Regional da profissão.

Questão 11

Sabe-se que o serviço social dispõe de um arcabouço legal formado pelo Código de Ética, Lei Regulamentadora da Profissão, Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS (incluindo a Política Nacional de Estágios), Resoluções do Conselho Federal, entre outros. Considerando caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Dentre as normativas, tratar das questões curriculares e a Política Nacional de Estágios da ABEPSS em formato coletivo foi uma estratégia pertinente para instruir e atualizar todos os profissionais, fossem estagiários ou supervisores.
- II. Quando DRS dialogou com MKL sobre o contexto, ela se fez valer do art. 21 do Código de Ética, cumprindo com seus deveres de informar, esclarecer e orientar os estudantes na supervisão quanto aos princípios e normas contidas no código.
- III. MKL deveria ter acionado direto o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), já que o art. 8º da Lei da Regulamentação da Profissão prevê que o CFESS tem como uma de suas atribuições o Tribunal Superior de Ética Profissional.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III.
- **I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 12

Diante da situação hipotética, nota-se que MKL também infringiu leis que balizam o exercício profissional. Além das questões do relatório, qual das normativas versa sobre as questões éticas infringidas por MKL?

- **Resolução CFESS nº 493/2006**, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; MKL deveria manter sigilo nos atendimentos, realizando-os com portas fechadas. – **OPÇÃO CORRETA**
- Resolução CFESS nº 556/2009, que instituiu procedimentos para lacração de materiais técnicos e técnico-sigilosos; MKL não lacrou o material dos relatórios.
- Resolução CFESS nº 1.084/2024, que dispõe sobre a laicidade na profissão; MKL não conseguiu ser imparcial nos seus atendimentos.
- Resolução CFESS nº 1.098/2025, mais conhecida como nº 556/2009 atualizada; MKL não descartou o material dos relatórios de forma correta.

O caso hipotético contextualiza as questões 13 e 14. Leia-o atentamente.

Em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizou a seguinte publicação: “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social”. Nessa brochura, os itens três e quatro são de enorme relevância, pois tratam dos: a) Processos metodológicos de trabalho: particularidades da profissão; e b) Instrumentos e técnicas: procedimentos e opinião profissional (oral), respectivamente. Atento às novas diretrizes e atualizações, JF, servidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ocupante do cargo assistente social e supervisor de estágio da pós-graduação em serviço social, sugere a leitura da publicação aos novos estagiários. Em uma das tardes de discussão de casos, a equipe do serviço social e seus estagiários apresentam desafios e estratégias para abordagem, condução e emissão de opinião técnica. Dentre as apresentações se destacaram:

1. DR, homem, branco, 75 anos, servidor público, recém-aposentado do Poder Legislativo Estadual, compareceu ao TJMG acompanhado de seu filho e nora. Mostrando-se orientado e lúcido, ele explicou aos profissionais que o atenderam que trouxera os familiares para que fossem sensibilizados sobre a sua decisão de se casar com a namorada de sessenta anos. Preocupados, o filho único e a nora ameaçaram interditar o pai e ele, conhecedor das legislações que o protege, foi ao Judiciário garantir que fossem resguardados os seus direitos.

2. MG, mulher, parda, mãe de três filhos, em situação de refugiada de país latino, vê-se em situação de trabalho análogo à escravidão. Mesmo atendida pelo Ministério do Trabalho após ação de fiscalização, ela busca, através do TJMG, formas de garantir a proteção e a sobrevivência própria e de sua família. O defensor público solicita atendimento especializado e encaminhamentos para o sistema de proteção às testemunhas.

Questão 13

O CFESS considera seis metodologias ou intervenções: o estudo social; o estudo socioeconômico; a seleção socioeconômica; a perícia; a teleperícia; e o exame criminológico. Qual intervenção a seguir relacionada poderá ser comum aos dois casos relatados no grupo de estudos do estágio do TJMG?

- Teleperícia, pois nenhum deles têm condições de sair de seu domicílio.
- **Estudo social**, que será o ponto de partida para emissão de opinião técnica. – **OPÇÃO CORRETA**
- Estudo socioeconômico, pois só pode ser atendida a mulher do caso relatado 2.
- Exame criminológico, pois em ambos os casos foram constatadas violência física e outras violações de direitos.

Questão 14

De acordo com as metodologias ou intervenções, assinale a afirmativa correta.

- A seleção socioeconômica realizada por assistente social aparece em escassos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, sendo aplicado apenas ao caso 1.
- A seleção socioeconômica realizada por assistente social aparece em escassos referenciais teóricos que embasam a práxis, sem destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, não podendo ser aplicado a nenhum dos casos.
- **O estudo socioeconômico realizado por assistente social aparece em grande parte dos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, podendo ser aplicado a ambos os casos. – OPÇÃO CORRETA**
- O estudo socioeconômico realizado por assistente social aparece em grande parte dos textos-base em grande parte dos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, sendo aplicado apenas ao caso 2.

Questão 15

Durante o acompanhamento de um usuário em situação de rua e com histórico de dependência química, a equipe de referência de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) identificou que, apesar da adesão parcial ao tratamento, ele não possui vínculos familiares, acesso à moradia nem inserção no mercado de trabalho. Diante da complexidade do caso, os profissionais discutem as possibilidades de reinserção social como parte essencial do projeto terapêutico singular. Com base nas diretrizes da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, assinale, a seguir, a abordagem mais adequada diante dessa situação hipotética.

- A prioridade da equipe deve garantir a abstinência total do usuário, mesmo que isso exija o afastamento do convívio social e familiar, como forma de proteção e prevenção de recaídas.
- A atuação deve se centrar na responsabilização individual do usuário, reforçando a necessidade de esforço pessoal para superar a dependência como condição para acessar os demais direitos sociais.
- A equipe deve promover o encaminhamento direto para comunidades terapêuticas fechadas, garantindo a ruptura com o ambiente de risco e a posterior reintegração após o cumprimento de metas clínicas.
- **A abordagem deve articular ações intersetoriais, com foco na construção de vínculos sociais, acesso à moradia e inserção no mundo do trabalho, reconhecendo a complexidade da reinserção como parte da atenção integral. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 16

O uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas tem aumentado substancialmente nos últimos anos. De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2012, 3,4% a 6,6% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos faz uso dessas substâncias. Diante de tal cenário alarmante, as políticas públicas voltadas à atenção e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas assumem um desafio. Com base nos princípios e desafios da atenção psicossocial voltada à reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A reinserção social é um eixo estruturante da política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, devendo ser pensada de forma articulada às políticas públicas de trabalho, moradia e assistência social.
- () O atendimento em CAPS AD deve priorizar abordagens clínica e medicamentosa, evitando o envolvimento com outras áreas como cultura, lazer ou geração de renda, para manter o foco terapêutico.
- () A rede de atenção psicossocial deve ser organizada de forma intersetorial, considerando a singularidade dos sujeitos e suas trajetórias, promovendo estratégias de cuidado que respeitem a autonomia do usuário.
- () A internação prolongada em comunidades terapêuticas é o principal instrumento recomendado para garantir a reinserção social do usuário, conforme diretrizes da política nacional.
- () A construção do projeto terapêutico singular deve envolver o usuário como sujeito ativo do processo, integrando ações clínicas, sociais e culturais voltadas à reconstrução de vínculos e cidadania.

A sequência está correta em

- **V, F, V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V, V, F.
- V, V, F, F, V.
- F, V, F, V, F.

Questão 17

Durante a elaboração do plano municipal de atenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas, uma equipe técnica propôs a adoção prioritária de um modelo terapêutico fundamentado na internação e na abstinência como condição para acesso a programas sociais. Parte dos profissionais manifestou preocupação com a proposta, defendendo a necessidade de diversificação das estratégias e de incorporação de práticas vinculadas à rede de atenção psicossocial. Com base no debate contemporâneo sobre os modelos de abordagem ao uso de substâncias e nas críticas aos paradigmas unicausais de tratamento, trata-se de uma compreensão fundamentada teoricamente:

- A priorização da internação como principal medida terapêutica se alinha aos princípios da reforma psiquiátrica brasileira e reforça a centralidade da atenção psicossocial em rede, com base na lógica de cuidado territorializado.
- A dependência química, por ser condição clínica de base orgânica e previsibilidade evolutiva, deve ser tratada exclusivamente no campo biomédico, por meio de abstinência compulsória e isolamento terapêutico prolongado.
- **A concepção unicausal de dependência tende a reduzir o fenômeno a uma origem singular, frequentemente moral ou biomédica, negligenciando os múltiplos determinantes sociais, culturais e subjetivos que incidem sobre o uso de substâncias. – OPÇÃO CORRETA**
- A hegemonia dos modelos intersetoriais e de redução de danos como resposta única à dependência química reforça uma concepção despolitizada e individualista, incompatível com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde coletiva.

Questão 18

De acordo com Alarcon, Belmonte e Jorge (2005), “o campo de atenção ao dependente químico é composto por diferentes atores sociais que, com estratégias específicas, buscam hegemonia na definição das práticas e políticas públicas voltadas ao tema”. Cada um desses atores traz uma concepção distinta sobre a dependência química e seus modos de enfrentamento. É considerado um conjunto de atores que atuam no campo da atenção ao dependente químico e disputam espaço na formulação e condução das políticas públicas:

- As empresas farmacêuticas; os sindicatos de trabalhadores urbanos; e as ONGs ambientalistas, por suas contribuições diretas ao campo terapêutico da dependência.
- Os centros de controle de zoonoses; os conselhos de tutela; e as entidades que coordenam ações de assistência técnica agrícola, por sua atuação nas causas estruturais da dependência.
- As organizações da sociedade civil antiproibicionistas; os centros de pesquisa em neurociência; e os representantes do agronegócio, enquanto polos dominantes das políticas de reabilitação.
- Os grupos religiosos com atuação em comunidades terapêuticas; os profissionais da saúde mental vinculados à Reforma Psiquiátrica; e os formuladores de políticas públicas baseadas em segurança e repressão ao tráfico. – **OPÇÃO CORRETA**

O caso hipotético contextualiza as questões 19 e 20. Leia-o atentamente.

O setor de serviço social do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebe muitos processos relacionados às pessoas com transtorno mental. São casos de interdição (tutela e curatela); medicalização compulsória; e destituição do poder familiar. Para facilitar a leitura, a relatoria e a escolha das estratégias de intervenção profissional, a equipe se utiliza de debates com os estagiários da pós-graduação. Com isso, foi criado o projeto “Conhecer para acolher”, que tem como foco a atuação na área da atenção à pessoa com transtorno mental. Dos últimos casos mais complexos, uma das apresentações se destacou: – Vizinhos denunciaram um casal por conta de ouvir gritos de uma idosa, de 65 anos, sem ter conhecimento de que a senhora, além de bipolaridade, foi diagnosticada recentemente com demência. A assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi acionada e, sem ter acesso ao casal, narrou os fatos da denúncia apenas. Com isso, o caso foi levado às autoridades e a defensoria pública solicitou parecer do serviço social do TJMG. A assistente social do TJMG e sua estagiária da pós-graduação fizeram novo contato com o casal e solicitaram disponibilidade para uma visita domiciliar, a fim de conhecer o cotidiano da família. Chegando o dia e a hora da visita, a servidora e a estagiária entenderam que não se tratava de um caso de maus-tratos ou violação de direitos, e sim das condições de saúde mental da senhora que emitia os gritos devido à sua condição de saúde mental. A filha da idosa, muito constrangida com a situação, disse que dividia os cuidados da mãe com o esposo e que não dispunham de condições de contratar uma cuidadora. Tal situação fez com que ela se organizasse na rotina de trabalho e contasse com o companheiro para preparar a alimentação da mãe, que estava com dificuldades de deglutição e necessitava ter suas refeições na forma pastosa.

Questão 19

De acordo com a atenção à pessoa com transtorno mental, analise as afirmativas a seguir.

- I. A assistente social do CREAS direcionou corretamente o caso às autoridades, para evitar violação de direitos de pessoa com transtorno mental.
- II. A visita domiciliar cumpriu com o seu objetivo, sendo fundamental para conhecer o cotidiano familiar, tendo em vista ponderar possíveis encaminhamentos ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
- III. De forma interdisciplinar, CREAS e TJMG foram essenciais nas orientações da família, como, por exemplo, no entendimento de que a filha deveria realizar a interdição da mãe, para que fossem garantidos os seus direitos.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 20

Após relatoria e esclarecimentos da denúncia, a família continuou a ser acompanhada pelo serviço social do TJMG que, em um segundo momento, orientou a filha da idosa a procurar serviços e ações específicas para o caso. Nesse contexto, o melhor encaminhamento, considerando os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), seria para:

- Equipes de consultório na rua.
- Leitos de saúde mental em hospital.
- Centro de Referência de Assistência em Saúde (CRAS).
- **Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT). – OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA

IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] quando compreendida com responsabilidade [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” (1º§). – OPÇÃO CORRETA

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.” (3º§)
- “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]” (2º§) – OPÇÃO CORRETA
- “Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]” (2º§)
- “Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]” (3º§)

Questão 25

Em “Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “que” for substituído por “cujo”.
- O termo “Afinal” for substituído por “Todavia”.
- A expressão “prejuízo real” for substituída por “real prejuízo”. – OPÇÃO CORRETA

Questão 26

Em “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.” (2º§):

- Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento *“O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.”* (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- **O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA**
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em *“No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.”* (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- **É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA**
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a *“[...] Dworkin com seu juiz Hércules.”* (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- **Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA**
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- **O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA**